



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE  
NOVE ANOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**Claudete dos Santos da Silva**

**Santa Maria, RS, Brasil.**

**2013**

# **IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

**Claudete dos Santos da Silva**

Monografia apresentada ao Programa de Pós Graduação em Gestão Educacional  
do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria,  
como requisito parcial para obtenção do título de  
**Especialista em Gestão Educacional.**

**Orientadora: Dra. Marta Roseli de Azeredo Barichello**

**Santa Maria, RS, Brasil.**

**2013**

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Educação  
Especialização em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Monografia de Especialização

**IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS:  
UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

elaborada por  
**Claudete dos Santos da Silva**

como requisito parcial para a obtenção do grau de  
**Especialista em Gestão Educacional**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Marta Roseli de Azeredo Barichello, Dra. (CE-UFSM)**  
Orientadora

---

**Débora Ortiz de Leão, Dra. (CE- UFSM)**

---

**Marilene Gabriel Dalla Corte, Dra. (CE- UFSM)**

---

**Débora Teixeira de Mello, Dra. (CE – UFSM) - Suplente**

Santa Maria, 15 de abril de 2013.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço pela oportunidade de fazer o curso de Gestão Educacional, que me proporcionou um novo olhar às práticas educacionais, à educação e ao meu próprio universo. Aos colegas do curso e a todos os professores maravilhosos que tivemos.

Ao carinho das minhas colegas do Colégio Franciscano Sant'Anna, que realizaram as entrevistas com todo empenho, assim como ao apoio que recebi da escola e da direção da mesma.

A minha família, pelos meus pais Luiz Antônio Matias da Silva, Maria Lurdes dos Santos da Silva e minha irmã Carmen de Fátima dos Santos da Silva que sempre me apoiaram, em especial as minhas filhas Sophia da Silva Lopes e Aisha Luise da Silva Lopes que foram minhas inspiradoras, também ao meu esposo Dilmar Luiz Lopes que partilhou seus conhecimentos no momento de minhas aprendizagens.

Meu agradecimento eterno para professora orientadora Marta Roseli de Azeredo Barichello, que foi sempre muito presente e que fez suas observações valiosas no decorrer do processo de elaboração desta monografia.

A todos, que de uma forma ou outra me auxiliaram nesta caminhada, muito obrigada.

## RESUMO

Monografia de Especialização  
Curso de Especialização em Gestão Ambiental  
Universidade Federal de Santa Maria

### **IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

AUTORA: CLAUDETE DOS SANTOS DA SILVA  
ORIENTADORA: MARTA ROSELI DE AZEREDO BARICHELLO  
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 15 de abril de 2013.

Nesta pesquisa o objetivo principal foi o de investigar a implementação da Lei 11. 274/06 sob o aspecto da gestão escolar e da formação dos professores que atuam no Ensino Fundamental dos nove anos na educação básica do Colégio Franciscano Sant'Anna. Os objetivos Específicos foram: Compreender as estratégias pedagógicas da gestão escolar para implementação do Ensino Fundamental dos nove anos e adequação na formação dos profissionais para atuar nesse processo; analisar a relevância da formação dos professores que atuam no ensino dos nove anos. O desenvolvimento da pesquisa foi definido a partir de três campos temáticos: as práticas pedagógicas, formação de professores e da política de gestão, sob a perspectiva da participação, principalmente na elaboração e execução do projeto político pedagógico do colégio Sant'Anna. A abordagem metodológica foi a qualitativa, com o recurso da observação participante, da aplicação de um questionário com a colaboração de seis professoras da escola, sendo estas quatro professoras do ensino fundamental e duas professoras que atuam na equipe gestora da instituição escolar. Dentro dos resultados obtidos com esta pesquisa monográfica, destaca-se o papel importante que a equipe gestora teve na implementação da Lei 11.274/06, para envolver os professores neste processo, em que todos precisam ter espaços de participação e de formação continuada de qualidade. A partir do estudo elaborado sobre a inclusão do ensino de nove anos, que apontam para uma análise dos elementos da política da gestão na formação dos professores, os resultados foram alcançados à medida que foi possível perceber que, no processo de implementação da lei, a gestão da escola pesquisada teve a preocupação com o processo de formação dos educadores, o que foi fundamental na reestruturação curricular, dando um caráter democrático a gestão.

**Palavras-chave:** Gestão escolar. Ensino fundamental de nove anos. Formação de professores. Currículo. Projeto político pedagógico.

## **ABSTRACT**

Monograph Specialization  
Specialization Course in Environmental Management  
Federal University of Santa Maria

### **IMPLEMENTATION OF BASIC EDUCATION FOR NINE YEARS: A REPORT OF EXPERIENCE**

AUTHOR: CLAUDETE DOS SANTOS DA SILVA  
GUIDANCE: MARTA DE ROSELI AZEREDO Barichello  
Date and Place of Defense: Santa Maria, 15 de april 2013.

In this study the main objective was to investigate the implementation of Law 11. 274/06 under the aspect of school management and training of teachers working in elementary education from nine years of basic education in the Franciscan College Sant'Anna. Specific objectives were: Understanding the pedagogical strategies of school management for implementation of Elementary School nine years in training and fitness professionals to work in this process, to analyze the relevance of the training of teachers working at the school nine years. The development of the research was defined from three thematic fields: teaching practices, teacher training and management policy, from the perspective of participation, particularly in the preparation and execution of the political teaching high school Sant'Anna. The methodological approach was qualitative, with the use of participant observation, the application of a questionnaire with the help of six teachers of the school, and these four elementary school teachers and two teachers working in the management team of the school. Within the results obtained from this research monograph highlights the important role that the management team had to implement the Law 11.274/06, to involve teachers in the process, in which all must have spaces for participation and continuing education quality. From the study conducted on the inclusion of teaching nine years, pointing to an analysis of the elements of political management in the training of teachers, the results were achieved as it was possible to see that, in the process of implementation of the law, the school management had researched the concern with the process of teacher training, which was instrumental in restructuring the curriculum, giving a democratic character management.

**Keywords:** School management. Elementary school for nine years. Teacher Training. Curriculum. Educational Policy Project.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2 PERCURSOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>11</b>
<b>2.1 Coletas de informações.....</b>	<b>12</b>
<b>3 IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS .....</b>	<b>15</b>
<b>3.1 Lei 11.274/2006 .....</b>	<b>15</b>
<b>3.2 Gestão escolar .....</b>	<b>22</b>
<b>3.3 Gestão democrática .....</b>	<b>24</b>
<b>3.4 Projeto político pedagógico.....</b>	<b>27</b>
<b>3.5 Currículo .....</b>	<b>30</b>
<b>4 FORMAÇÃO DOS PROFESSORES: DESAFIOS E PERSPECTIVAS.....</b>	<b>34</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>47</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>51</b>

# 1 INTRODUÇÃO

Minha trajetória de vida tem um significado maior a partir da educação, primeiro como aluna de escola pública em Santa Maria, na Escola Municipal Pedro Menna Barreto. Na terceira série tive que mudar de endereço e de escola, passando a estudar na Escola Estadual Margarida Lopes, também escola pública, situada no bairro Camobi. Nessa escola fui acolhida com muito carinho e atenção por minha professora, a qual me incentivou a estudar, inclusive me atendendo em sua própria casa para que eu acompanhasse os conteúdos que não tinha visto anteriormente. Foi, sem dúvida, minha melhor experiência de aprendizagem, uma professora competente, criativa, dedicada e amava o que fazia.

Segui na mesma escola e no ensino médio destaco a ação do professor de orientação educacional, que trabalhava na década de 80 com a dimensão do pensamento reflexivo em seus aspectos críticos e a democracia como valor. Este educador provocava muitos debates e foi responsável por trazer para escola o movimento negro, iniciando então minha participação. Isto era o ano de 1988, Centenário da Abolição da Escravatura.

Esta entrada foi importante para ajudar na construção da autoestima enquanto cidadã negra na defesa contra o preconceito racial existente na sociedade brasileira. Os professores com suas práticas pedagógicas, mencionadas acima, foram duas referências importantes para a minha busca pelo conhecimento e desejo de atuar como trabalhadora da educação. É dentro desta perspectiva que compreendo a educação como construção social, o que renova o sentido da ação cotidiana de cada educador. Por isso, optei por ser educadora e fiz o curso de Pedagogia – Séries Iniciais, na UFSM.

Após a conclusão do curso de Pedagogia iniciei minha vida profissional na Escola Franciscana Santo Antônio, em 1996, trabalhando como professora de séries iniciais e, também, na educação infantil. Durante todo o percurso de educadora realizei diversos estudos sobre educação. Na Universidade Federal de Santa Maria fiz um curso de especialização em pensamento político brasileiro, onde pesquisei sobre a questão racial nas obras de Florestan Fernandes.

Entrar no curso de Pós-Graduação em Gestão Educacional, em 2011, trouxe a perspectiva de buscar novos referenciais teóricos sobre a temática da formação de professores e do ensino fundamental, para ter a oportunidade de entender como as políticas públicas se constituem na atualidade. Quais os seus interesses? Qual o papel do Estado? Qual o desafio dos gestores e professores na elaboração e execução das políticas educacionais?



E a partir deste curso, também, percebi que minha formação continuada está em construção, principalmente por sermos capazes de aprender a cada dia, e que precisamos estar constantemente realizando estudos e pesquisas sobre nossa prática e educação em geral, ampliando nossa visão e, portanto nosso conhecimento.

Ao iniciar a trajetória de uma pesquisa temos muitos questionamentos e interrogações, porém é necessário mantermos o foco na investigação. É nesta etapa que construímos a temática com a qual iremos trabalhar. Nessa experiência de iniciação científica, o objetivo principal foi o de investigar a implementação da Lei 11. 274/06, sob o aspecto da gestão escolar e da formação dos professores que atuam no Ensino Fundamental dos nove anos na educação básica do Colégio Franciscano Sant'Anna. Os objetivos Específicos foram: Compreender as estratégias pedagógicas da gestão escolar para implementação do Ensino Fundamental dos nove anos e adequação na formação dos profissionais para atuar nesse processo; analisar a relevância da formação dos professores que atuam no ensino dos nove anos.

Nesse sentido, foram produzidas algumas indagações sobre as várias alterações que foram provocadas pela Lei 11.274/06 que rege a nova estrutura do Ensino Fundamental de nove anos.

Principalmente sob o aspecto da sua materialização na prática da gestão escolar, na formação de professores e no currículo escolar do Colégio Franciscano Sant'Anna, local em que desenvolvi essa pesquisa de pós-graduação.

A opção por essa temática não se deve ao fato de que o ensino fundamental passou a ter um ano a mais, mas às implicações que a proposta trouxe ao currículo, ao Projeto Político Pedagógico, as mudanças e estratégias que aconteceram no projeto desta escola quanto a formação continuada para os professores que atuam no ensino fundamental e porque não dizer do ensino básico.

Perguntava-me como os gestores pensavam e articulavam a formação continuada dos docentes? Tudo isto aguçou a vontade de aprofundar a pesquisa sobre a temática da formação de professores, de como nós educadores precisamos estar em constante formação em todas as áreas do saber pedagógico e da educação como um todo.

Percebi, nesta época, ou seja, nos anos de 2006 e 2007, que a formação continuada que a escola oferece supre algumas necessidades frente às indagações, mas me fez perceber que precisa ir além. A partir daí procurei referenciais em documentos, grupos de estudos, nas reuniões de formação, mas ainda não era o suficiente. Tive a convicção que precisava ir mais

profundo na investigação e fazer uma pesquisa para entender o contexto de mudança da Lei 11.274/06 e de onde esta política educacional surgiu e quais os interesses.

Tendo em vista as questões levantadas acima, na sequência dessa monografia, apresentam-se os aspectos metodológicos que potencializaram o avanço desta pesquisa. Caracterizada como um estudo qualitativo que utiliza a abordagem do estudo de caso para compreender a relação entre a Lei 11.274 do Ensino Fundamental dos nove anos e as práticas pedagógicas.

Busquei, portanto, perceber nas observações das práticas pedagógicas e pelos questionários semiestruturadas que realizei com quatro professoras do ensino fundamental e duas professoras que compõem a equipe gestora do Colégio Franciscano Sant'Anna, quais as mudanças que ocorreram na prática escolar a partir da implementação da Lei 11.274/06.

Na continuidade, realizei uma breve análise sobre a Lei 11.274/06, o que esta referida lei traz de enfoque na gestão escolar e na própria formação dos professores. Após compreender e analisar a lei do ensino fundamental dos nove anos, busquei a interpretação acerca da gestão democrática e da articulação dessa no Projeto Político Pedagógico e em que momentos elas se apresentam no contexto local, Colégio Franciscano Sant'Anna, e no contexto mais geral da Educação brasileira.

Na próxima parte desta monografia continua a reflexão sobre a gestão, pois envolve a parte da formação dos professores, porque sem a formação continuada muitos assuntos e questões relevantes da própria prática pedagógica são deixados de lado no cotidiano escolar, como a importância da participação e comprometimento na elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico.

A formação dos educadores precisa ir muito além das práticas pedagógicas, a formação na contemporaneidade precisa fazer questionamentos sobre o trabalho e as responsabilidades de educadores gestores, a fim de responder com propostas e ações coerentes comprometidas com a formação humana e, principalmente, do profissional da educação.

Compreender o processo de implementação da Lei do Ensino Fundamental de nove anos, e como os gestores articularam a política de formação continuada dos professores que atuam nesta etapa da educação básica, foi o interesse central da investigação. Entendo que a inclusão das crianças de seis anos no ensino fundamental passa a ter duas dimensões: oferecer maiores oportunidades de aprendizagem no período de escolarização obrigatória e assegurar que, ingressando mais cedo no sistema de ensino, as crianças prossigam nos estudos, alcançando um nível maior de escolaridade, com uma educação realmente de qualidade.

É muito importante para a educação brasileira a formação de qualidade do professor que atua com crianças do ensino fundamental para pensar uma nova proposta, um novo currículo para esse ensino fundamental de nove anos, para que as crianças ingressem com seis anos de idade tenham uma forma mais natural possível e sem provocar, nelas, rupturas e impactos negativos no seu processo de escolarização e também no aspecto da alfabetização e letramento.

Na última parte encontram-se as considerações finais, onde procuro apontar os desafios que precisamos superar quanto às políticas públicas, neste caso com a Lei do ensino fundamental dos nove anos. Sendo que a implantação de uma política de ampliação do ensino fundamental de oito para nove anos de duração exige tratamento político, administrativo e pedagógico, oferecendo maiores oportunidades de aprendizagem e acesso de todas as crianças à educação.

Esta nova aprendizagem precisa encorajar as crianças a pensarem sobre o mundo e permitir que elas apropriem-se dos usos e das convenções da linguagem escrita e falada, bem como reconhecer-se como parte integrante da natureza e da cultura onde vive.

Portanto, para a legitimidade e a efetividade dessa política educacional, são necessárias ações formativas oportunizando condições pedagógicas, com formação continuada adequada aos professores, administrativas (gestão), financeiras, materiais e de recursos humanos, bem como acompanhamento e avaliação em todos os níveis.

## 2 PERCURSOS METODOLÓGICOS

Realizar uma pesquisa envolve definir, no primeiro momento, qual é o objeto desencadeador da mesma para depois determinar os percursos que serão trilhados. Nesse sentido, Ciavatta e Frigotto (2001) afirmam que estudar um objeto é concebê-lo na totalidade de relações que o determinam, sejam elas de nível econômico, social, educacional, cultural, etc.

O Ensino Fundamental de nove anos, sua relação com a gestão do colégio Sant'Anna (escola da rede privada em Santa Maria) e a formação dos professores constituem a totalidade do fenômeno a ser analisado. No fenômeno social, a formação docente, numa análise qualitativa, nos mostra que o currículo é o elemento importante do ensino. Alterando o currículo, a escola altera todos os elementos, como a gestão escolar, o projeto político pedagógico e, com isso, aponta que tipo de educador precisa formar para desenvolver uma educação que leve em consideração os aspectos filosóficos, pedagógicos e metodológicos do ensino dos nove anos.

Segundo Lüdke e André (1996, p. 28) “pesquisa qualitativa é a que se desenvolve em uma atuação natural e rica em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de uma forma complexa e contextualizada”. Apoiada nesse pensamento e focando a abordagem metodológica pelo estudo de caso, procurei compreender como as práticas de gestão pedagógica se inserem no tipo de formação que suscitam.

Assim, o objeto de investigação desta pesquisa qualitativa, que pelo seu desenvolvimento e espaço pesquisado assume contornos de um estudo de caso, analisa o processo de gestão do Colégio Franciscano Sant'Anna, tendo como base material as estratégias da escola em relação à implementação do ensino fundamental de nove anos no contexto da instituição.

Dentro desse contexto é que emerge a questão problematizadora da pesquisa: como a gestão escolar do Colégio Franciscano Sant'Anna procedeu para desenvolver o processo de implementação do ensino fundamental de nove anos?

Para contextualizar o Colégio Franciscano Sant'Anna cabe destacar que é uma escola localizada na região central do município de Santa Maria, no Estado do Rio Grande do Sul, faz parte de uma rede privada de Escolas Franciscanas de Educação, sendo, no Brasil, nove unidades de Educação Básica e duas de Ensino Superior e, também, possui escolas em outros

países como: Holanda, Alemanha, Estados Unidos, Polônia, Indonésia, Itália, África, Guatemala, México, Timor Leste, Filipinas e Bielorrússia.

O Colégio Franciscano Sant'Anna foi fundado em 4 de março de 1905 e sempre foi dirigido pelas Irmãs Franciscanas da Penitência e Caridade Cristã. O ideal Franciscano, que permeia o processo educativo, é um legado da fundadora Madre Madalena Daemen, que conviveu com os freis franciscanos capuchinhos, em Maaseik.

Hoje, a escola atende desde o berçário ao ensino médio, com 1.329 alunos e 90 professores organizados por setores. O ensino fundamental, que foi objeto da pesquisa, contém quatro turmas de primeiro, segundo, terceiro e quarto ano, em que houve a participação de uma professora de cada ano e uma professora que trabalha com o quarto e quinto ano, assim como outras duas professoras que atuam na gestão escolar (uma com vice-direção e coordenação pedagógica e outra com supervisão).

A escola iniciou gradativamente a implementação do ensino fundamental de nove anos em 2008: com o primeiro ano e, no ano de 2009 com o segundo ano, em 2010 com o terceiro ano, em 2011 com o quarto ano, em 2012 com o quinto ano e em 2013 com o sexto ano e até 2016 completará o ensino fundamental de nove anos.

## **2.1 Coletas de informações**

A investigação desenvolveu-se junto à escola com a vice-direção, supervisão e professoras. Para coletar os dados das observações, apliquei um questionário semiestruturado o qual é mais flexível e permite ao pesquisador a inclusão de novos elementos, salienta-se que a utilização desse instrumento na coleta de dados poderá surgir novos elementos. Esses novos elementos permitem ao pesquisador a formulação do problema de pesquisa, ou seja, o desenvolvimento de estudo.

Os questionários foram compostos por cinco questões abertas, com um tempo razoável de três semanas, para que os professores pudessem expressar suas concepções de gestão, formação continuada e prática pedagógica, a fim de compreender as estratégias pedagógicas e os elementos que sustentam a política de gestão na formação dos professores que atuam no ensino fundamental de nove anos.

As informações recolhidas, tanto nos questionários quanto na observação de documentos, como o regimento escolar, o projeto político pedagógico em vigor de 2011 a 2014, foram analisados na perspectiva qualitativa e descrevem como a gestão trabalha a formação docente para implementar o ensino fundamental dos nove anos. Assim, com os dados da investigação, a partir de alguns elementos provenientes da análise de conteúdos, foram desenvolvidos: pré-análise, descrição analítica e interpretação inferencial. Sendo a pré-análise, simplesmente, a organização do material. Na descrição analítica o material de documentos é submetido e aprofundado com bases em referenciais teóricos. Já a interpretação inferencial, como o nome já diz, é a interpretação com reflexões, aprofundando as conexões das ideias e o que propõe a análise textual.

Análise textual tem por finalidade levar o leitor a ter uma visão ampla sobre o texto visando uma leitura detalhada, ou seja, estudando as ideias e o pensamento do autor de uma maneira clara e objetiva dando ênfase as partes inerentes do texto. Não há necessidade dessa leitura ser profunda. Trata-se apenas dos primeiros contatos iniciais, quando se sugere que já sejam feitas anotações dos vocábulos desconhecidos, pontos não entendidos em um primeiro momento, e todas as dúvidas que impeçam a compreensão do pensamento do autor. Após a leitura inicial, o leitor deve esclarecer as dúvidas assinaladas que, dirimidas, permitem que o leitor passe a uma nova leitura, visando a compreensão do todo. Nesta segunda leitura, com todas as dúvidas resolvidas, o leitor prepara um esquema provisório do que foi estudado, que facilitará a interpretação das idéias e/ou fenômenos, na tentativa de descobrir conclusões a que o autor chegou (MARCUSHI, 2008, p. 85).

Para se chegar aos resultados pretendidos com a pesquisa, a mesma foi dividida em três etapas. A primeira delas aconteceu com a revisão de literatura sobre o assunto a ser estudado. A segunda fase é caracterizada pela coleta de informações e observações do local pesquisado. Sendo reconhecido como estudo de caso observacional, isto é, uma categoria típica da pesquisa qualitativa, que segundo o professor Triviños (2006, p. 135):

A técnica de coleta de informações mais importante é a observação participante, que, lembramos, às vezes, aparece como sinônima de enfoque qualitativo. O foco de exame pode ser uma escola, um clube, uma associação de vizinhos, uma Cooperativa de Produção e Consumo etc. Agora não é a organização como um todo o que interessa, senão uma parte dela. Nesse sentido, podem ser objeto da observação participante aspectos como o trabalho que realiza numa sala de aula de uma escola um grupo de professores que está aplicando novos métodos de ensino das matemáticas.

Num terceiro momento da pesquisa aconteceu a análise, interpretação e discussão dos resultados. Nesse caso, para ajudar na visualização e interpretação das respostas dos questionários semiestruturados, foi criada uma tabela em que cada questão inclui as cinco

respostas que representam a concepção de gestão e sobre a formação de professores, que foram expressas pelos participantes.

Foram analisados aspectos como a elaboração e execução do projeto político pedagógico, a gestão democrática, a formação continuada e o processo de ensino aprendizagem a partir da implementação da Lei 11.274/06. Esses elementos foram organizados por cores, assim definidos: a cor vermelha para os aspectos referentes ao projeto político pedagógico, a cor azul sobre gestão democrática, a cor verde para formação continuada e amarelo para o processo de ensino aprendizagem.

Todos os dados levantados e analisados são de suma importância para o pesquisador, pois através destes podemos verificar as ações da formação continuada para a implementação da lei do ensino fundamental dos nove anos.

### **3 IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS**

Neste capítulo, foram analisados alguns conceitos relevantes a implementação do ensino fundamental de nove anos, ou seja, a fundamentação da Lei 11.274/06 que rege o ensino fundamental de nove anos, a gestão escolar e as características desta gestão para se tornar uma gestão democrática, aproximando a comunidade educativa nos espaços decisivos como a elaboração e execução do projeto político pedagógico.

#### **3.1 Lei 11.274/2006**

Para entendermos como e por que foi lançada a Lei 11.274/06 é necessário que se faça uma análise macro, ou seja, dentro de uma visão global. E para que isso aconteça encontramos o fio onde esta política pública surge. Foi em março de 1990, em Jomtien, Tailândia, onde foi realizada a Conferência Mundial sobre a “Educação para Todos”. Nessa Conferência participaram governos, agências internacionais, organismos não-governamentais, associações profissionais e personalidades de destaque no âmbito educativo, vindos do mundo inteiro.

Dentro desta Conferência, que contava com 155 governos, foi assinada uma Declaração Mundial e um Marco de Ação com o objetivo principal de assumir um compromisso com a educação básica de qualidade. Esta Conferência não foi a primeira a ser realizada para discutir e buscar alternativas de combate ao analfabetismo e a miséria, mas esta foi um Marco no reconhecimento oficial ao fracasso em atender as necessidades básicas de aprendizagem.

A partir da década de 90, com a Educação para Todos, muitas políticas educativas começam a ser delineadas e executadas no mundo inteiro, com metas que precisam ser estabelecidas aos agentes financeiros internacionais que patrocinaram a Conferência e os acordos econômicos entre os governos participantes, e que gerenciam estas metas por avaliações decenais, em que os países em desenvolvimento devem buscar formas de superar as dificuldades de satisfazer as necessidades na educação.



Entre as metas estabelecidas em Jomtien para os países em desenvolvimento, e o Brasil é um destes países, está a ampliação do acesso e, também, o aumento do período de educação obrigatória, acrescentando no início da escolarização mais um ano. Muitos países já tinham inserido o aumento do tempo de escolarização durante a década de 90, como é o caso do Caribe e outros países vizinhos da América Latina, na Argentina, Paraguai e Uruguai; o Brasil estava atrasado nesta equivalência de estudo, ou seja, do tempo de duração.

A matrícula de crianças a partir de seis anos foi prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96, em seu Título IX- das Disposições Transitórias inciso 3º - Cada Município e, supletivamente, o Estado e a União, deverá: Matricular todos os educandos a partir dos sete anos de idade e, facultativamente, a partir dos seis anos, no ensino fundamental.

O Plano Nacional de Educação - PNE (Lei nº 10.172/2001), também tratou da ampliação para nove anos do ensino fundamental obrigatório, com início aos seis anos, mas observava que esta ampliação deveria acontecer à medida que for sendo universalizado o atendimento na faixa dos 7 aos 14 anos.

Em 03 de agosto de 2005 foi aprovada a Resolução CNE/CEB nº 03, que definia normas nacionais para a ampliação do ensino fundamental para nove anos:

Em seu artigo I define que: A antecipação da obrigatoriedade de matrícula no ensino fundamental aos 6 anos de idade implica na ampliação da duração do ensino fundamental para 9 anos. E no artigo II- A organização do ensino fundamental de nove anos e da educação infantil adotará a seguinte nomenclatura:

Etapa de ensino	Faixa etária prevista	Duração
Creche infantil	Até 5 anos de idade	
Creche	Até 3 anos de idade	
Pré-escola	De 4 a 5 anos de idade	
Ensino Fundamental	Até 14 anos de idade	9 anos
Anos Iniciais	De 6 a 10 anos de idade	5 anos
Anos Finais	De 11 a 14 anos de idade	4 anos

Fonte: HINGEL (2009, p.34).

A partir da Lei 11.274/06 é que o ensino fundamental torna obrigatória a matrícula de crianças de seis anos no ensino fundamental, em que os municípios, os estados e o Distrito Federal teriam prazo até 2010 para implementar a obrigatoriedade de matrícula no ensino fundamental de todas as crianças com 6 anos completos ou a completar até o início do ano letivo. Isso implicou, entre outras coisas, a reelaboração do currículo e do projeto político pedagógico e a formação continuada para os professores que atuam no ensino fundamental.

A Lei 11.274/06 tem, primeiramente, um caráter inclusivo, ou seja, de oportunizar o ingresso para as crianças que antes estavam fora dela e que não tinham condições de frequentar a educação infantil e, ao chegar as turmas de primeira série, ficavam perdidas diante das exigências que a escola determinava, como ter motricidade desenvolvida, ter domínio das linguagens matemáticas, entre outras coisas que para a maioria da população não era possível. Esta nova abordagem do ensino fundamental pode trazer outra visão da infância, através da inclusão das crianças de seis anos, em que os educadores estão repensando o processo de alfabetização e letramento, desde os cursos de formação inicial como na formação continuada, com uma visão da alfabetização em ciclo, onde o aluno desenvolve seus conhecimentos de forma contínua.

Mas, para que a Lei 11.274/06 continue a se concretizar no cotidiano escolar, é necessário também oferecer para as escolas uma infraestrutura que atenda as necessidades da criança de seis anos, como salas com jogos, espaços de lazer e um projeto de formação aos profissionais que atuam nesta faixa etária, com investimentos na formação inicial e continuada. A lei do ensino fundamental de nove anos não é uma solução mágica para inclusão das crianças a partir dos seis anos de idade, porém se bem estruturada pode servir de incentivo para melhorar a qualidade da educação básica, evitar a repetência em massa e a evasão das crianças das classes mais desfavorecidas no nosso país.

Entre as metas propostas pelo projeto do novo PNE 2011-2020, destaca-se a meta 2 que para universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda a população de seis a 14 anos é necessário ter as seguintes estratégias: criar mecanismos para acompanhar individualmente cada estudante do ensino fundamental, ampliar os programas nacionais de reestruturação e aquisição de equipamentos para as escolas e manter programas de formação de pessoal especializado.

Em relação à implementação da Lei 11.274/06, percebemos que os gestores do colégio Sant'Anna tiveram a preocupação de dar suporte aos professores envolvidos com a mudança que esta lei apresentava, possibilitando o estudo individual e coletivo do Parecer nº 644/2006

que traz orientações para o sistema estadual de ensino sobre a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos. Esse material foi entregue individualmente para estudos e, posteriormente, foi discutido e analisado.

No referido documento está definido que os estabelecimentos de ensino teriam que organizar os procedimentos a serem adotados para receber os alunos de seis anos de idade, tendo por base as normas nacionais. As escolas passaram, neste momento de 2006 a 2007, a organizar seu planejamento, reformular o projeto político pedagógico e o currículo, desde a educação infantil, pois esta passou a ser destinada a crianças menores de seis anos de idade, devendo ser assegurada a sua própria identidade; o ensino fundamental deveria acompanhar as alterações que a Lei 11.274/06 propõe.

No questionário da colaboradora D - questão 4, fica evidente que as escolas realizaram as estratégias de acordo com a sua realidade, para acompanhar as alterações da Lei 11.274/06 da implementação do ensino fundamental de nove anos.

A implantação da lei não foi gradativa para todas as redes de ensino, o que se configurou um dos dificultadores nessa fase de transição. A rede pública municipal e estadual, por exemplo, realizou a transição das séries em um único ano, criando automaticamente o 9º ano no ano de 2008. O que para nós trouxe algumas dificuldades nos momentos de transferência. Foi necessário, como escola, algumas adequações, como: criação de novos documentos: Regimento Escolar, PPP e Planos de Estudo; investimento maior na formação continuada; readequação do sistema de gestão integrada e documentos escolares, etc.

Dentre as mudanças no regimento escolar desta instituição, que aconteceram a partir da lei do ensino fundamental de nove anos, o primeiro ano do ensino fundamental de nove anos passa a ser parte integrante de um ciclo de três anos de duração, tornando-se um período importante para qualificar a educação básica, em que o aluno tem um tempo maior para desenvolver suas habilidades no processo de alfabetização e letramento, além do desenvolvimento das diversas expressões e com o aprendizado das áreas do conhecimento desenvolvido com maior ludicidade.

O processo avaliativo está configurado da seguinte forma: no primeiro ano do ensino fundamental o registro de avaliação é realizado através de parecer descritivo, com finalidade de promoção; no 2º e 3º anos do ensino fundamental o registro é realizado através de nota de 0,0(zero) a 10,0(dez) e parecer descritivo; a partir do 4º até o 9º ano do Ensino fundamental o registro é realizado através de nota de 0,0(zero) a 10,0 (dez).

Como relatado no questionário pela colaboradora D (questão 1):

Inicialmente, como a implementação de qualquer lei, a instituição necessitou de um período para adaptar-se estrutural e conceitualmente às novas perspectivas apontadas

por tal legislação. Foram necessários estudos sistemáticos tanto da legislação quanto dos referenciais que a embasam, a fim de adequar a proposta pedagógica para o momento de transição e futura implementação definitiva.

Várias alterações foram necessárias dentro da escola para adaptar-se a lei do ensino fundamental de nove anos, que precisavam estar bem definidas e estruturadas no seu regimento institucional, no seu projeto político pedagógico e, conseqüentemente, no currículo. Para dar sustentação a todo este processo, os educadores de toda a escola tiveram, dentro do projeto de formação continuada, um tempo maior e com maior ênfase na participação coletiva, adotado não apenas como uma metodologia, mas como um princípio educativo.

Cabe destacar que fiz parte do processo de formação continuada desta instituição, e neste período começamos a estudar e refletir em reuniões nos anos de 2006 e 2007, que agregavam os professores da educação infantil e os professores da 1ª série, juntamente com os gestores (supervisora, coordenadora pedagógica e direção), para sabermos o que iria acontecer a partir da implementação desta lei do ensino fundamental de nove anos.

Iniciamos com o conhecimento da referida lei e o que esta vinha proporcionar de alterações no ensino fundamental e de que forma a escola como um todo iria estabelecer esta proposta. A seguir, nas próximas reuniões de formação continuada com todos os professores e de outros setores, foi apresentada a proposta da lei e as mudanças iniciais que seriam implementadas (início de 2007).

Muitos textos e materiais serviram de apoio para os professores que atuam no ensino fundamental, como os descritos pela colaboradora E questão 5:

Estudos que subsidiaram as mudanças, como: o texto da Lei 11.274/06 e de outros temas complementares e ao mesmo tempo alicerces, como: “Ensino Fundamental de nove anos – orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade”; “O brincar como um modo de ser e estar no mundo”; “As crianças de seis anos e as áreas do conhecimento”; “Letramento e Alfabetização: Pensando a prática pedagógica”; “A organização do trabalho pedagógico- Alfabetização e letramento como eixos orientadores. Além de seminários durante o ano sobre: Processos da escola – habilidades e competências; Currículo escolar; Mapas conceituais, Planos de Estudo; Projetos de trabalho, Planejamento Interdisciplinar e Reestruturação do Projeto Político Pedagógico.

No ano de 2007, a educação infantil, que abrange desde o maternal 2 anos até o pré nível B, definiu quais seriam as alterações que ocorreriam nos planos de estudos e aconteceram reuniões trimestrais entre a educação infantil e os anos iniciais do ensino fundamental (1ª série) para estabelecerem as alterações que seriam feitas.

No segundo semestre de 2007, os professores e a equipe gestora da escola proporcionaram uma reunião aos pais e responsáveis pelos alunos da educação infantil,

principalmente para os alunos do pré nível B, que iriam para o próximo ano (2008) estudar no 1º ano, a fim de que também os pais tivessem conhecimento das propostas da Lei 11.274/06, do ensino fundamental dos nove anos. Os pais trouxeram suas dúvidas e questionamentos a respeito do assunto, que eram principalmente quanto à idade de ingresso, a metodologia, a prática pedagógica e a forma de avaliação.

Diante destes desafios de apresentarmos aos pais e colegas de outros anos sobre as propostas da Lei 11.274/06, que sugeriram várias reflexões sobre o porquê desta mudança. De onde surgiu esta lei? Como será que as outras escolas estavam organizando todo esse processo?

Esses questionamentos não foram analisados na sua totalidade durante a formação continuada nesse espaço escolar, pois a preocupação emergente era o que faremos na parte metodológica, quais as alterações nos conteúdos do ensino fundamental serão necessárias a esta nova realidade. Com certeza, não fui a única educadora a passar por um período de desacomodação e perceber que a formação continuada não pode acontecer isolada do contexto cultural e pedagógico, mas investir, também, no caráter político e social da educação brasileira.

Para investigar uma política educacional não é suficiente analisá-la isoladamente na realidade local, no caso desta pesquisa o Colégio Franciscano Sant'Anna, como espaço de observação do projeto de formação continuada dos professores que atuam no ensino fundamental dos nove anos. É necessário, também, entender tal política educacional dentro de uma perspectiva histórica e econômica, tendo uma visão conjuntural.

A lei de ampliação da escolarização permite que mais crianças tenham acesso a escola, pois o ensino fundamental é obrigatório no Brasil, então todas as crianças com seis anos ingressaram nas escolas, antecipando em um ano seu ingresso à escola.

Nesse contexto, os professores do Colégio Sant'Anna começaram a refletir sobre as experiências que valorizassem a expressão destas crianças com seis anos de idade, para que tivessem condições de se situar no tempo e espaço, explorando outras dimensões da aprendizagem, como a expressão oral, estética as manifestações culturais de onde os alunos estão inseridos.

É o que a colaboradora F (questão 2) e colaboradora B (questão 3) nos apontam:

[...] abrangendo o estudo das diversas expressões e de todas as áreas do conhecimento, igualmente necessárias à formação do estudante do ensino fundamental. Além da reestruturação dos conteúdos, objetivos e habilidades, necessitou então o professor oportunizar ainda mais situações de vivência, de

manipulação, experimentação, deixando assim a construção de conhecimentos com maior ludicidade e operacionalização com atividades variadas e concretas.

Sabemos que somente o acesso não garante a qualidade da educação, portanto é necessário pensar a permanência das crianças nas escolas, assegurando a possibilidade de que elas possam desenvolver as habilidades e aprendizagens, concluindo o ensino fundamental e suas séries posteriores.

Com a Lei 11.274/06, a educação precisou rever o processo de alfabetização, que não pode mais ter o caráter único da leitura e escrita, isolado do uso social, pois a alfabetização que se estabelece nesse período precisa refletir sobre a “palavra”, de como a escrita funciona, num processo contínuo em que a criança entenda o que lê.

Por isso, temos que ter o cuidado para não transferir para as crianças de seis anos os conteúdos e atividades da antiga 1ª série e, sim, de conceber um novo currículo, uma nova estrutura de organização dos conteúdos que considere o perfil específico desse aluno, tendo a atenção ao processo de desenvolvimento e aprendizagem da criança de seis anos, o que implica o conhecimento às suas características etárias, sociais e psicológicas.

Para conhecer as características das crianças de seis anos é importante saber que elas são imaginativas, curiosas, que buscam conhecer o mundo por meio de brincadeiras. Tem capacidade de simbolizar e compreender o mundo que as cerca, estruturando o pensamento e fazendo uso de múltiplas linguagens, o que facilita a participação em jogos que envolvam regras e, por meio deles, a apropriação de conhecimentos, valores e práticas sociais de cada cultura e realidade onde a criança está inserida.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (Resolução nº. 04/2010) apontam dados importantes sobre a criança de seis anos, quanto às propostas pedagógicas para essa faixa etária, considerando os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo-linguísticos e, principalmente, que as estratégias pedagógicas evitem os exageros de atividades prontas e acabadas e um disciplinamento rígido.

Na seção II do Ensino Fundamental, artigo 24, inciso III e IV, a Resolução nº 02 estabelece os objetivos da formação básica para as crianças do ensino fundamental de nove anos:

III - Compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da economia, da tecnologia, das artes, da cultura e dos valores em que se fundamenta a sociedade.

IV- O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores (BRASIL, 2010).

Torna-se necessário para os cursos de formação de professores e para a formação continuada, que os professores tenham o compromisso com a qualidade da educação, interagindo com seus alunos e respeitando e valorizando a diversidade cultural destes, para que a inclusão de mais um ano ao processo de alfabetização seja realmente produtivo. Para responder a este desafio educacional é importante que compreendamos o papel da gestão escolar.

### **3.2 Gestão escolar**

O papel da gestão é fundamental, tanto para organizar e dinamizar o projeto de formação continuada como para propiciar espaços de participação da comunidade educativa.

Para Lück (2008, p. 21) a gestão escolar pode ser compreendida como:

Uma forma de conceituar gestão é vê-la como um processo de mobilização da competência e da energia de pessoas coletivamente organizadas para que, por sua participação ativa e competente, promovam a realização, o mais plenamente possível, dos objetivos de sua unidade de trabalho, no caso, os objetivos educacionais.

Nesse sentido, para haver gestão é preciso que haja mobilização e participação. Na educação, os envolvidos nesta participação do trabalho são os professores, alunos e os pais, sendo que os professores precisam estar mais engajados nesta participação para que os outros envolvidos também sintam-se motivados a uma participação coletiva e integrada.

A atividade da gestão escolar é disciplinada pela Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, principalmente na organização da escola, que diz respeito às condições objetivas sob as quais o ensino está estruturado, envolve o currículo e a metodologia de ensino a ser utilizada por cada escola.

Segundo Oliveira (2010, p. 133), a gestão escolar inclui dois aspectos relevantes:

A organização do trabalho escolar, que tem um conceito mais econômico, refere-se a divisão do trabalho na escola, considerando a forma em que as atividades estão discriminadas, como os tempos são divididos, a distribuição das tarefas e competências, as relações de hierarquia. E o outro aspecto diz respeito à organização escolar, que refere-se às condições objetivas sob as quais o ensino está estruturado, que são das competências administrativas de cada órgão do poder público ao currículo que se pratica em sala de aula.

A partir da década de 90, quando falamos em gestão escolar, falamos ao mesmo tempo da descentralização da própria gestão escolar. Não encontramos na prática uma relação direta entre as estratégias de descentralização da gestão e a melhoria da qualidade da educação, pois a descentralização<sup>1</sup> tem um aspecto administrativo, delegando maior autonomia às escolas e maior responsabilização dos educadores. A descentralização administrativa, financeira e pedagógica foi a grande marca dessas reformas, resultando em significativo repasse de responsabilidades para o nível local, por meio da transferência de ações (OLIVEIRA, 2010).

O objetivo principal das reformas educacionais, que ganharam força nos anos 90 no Brasil, é a modernização do Estado brasileiro e sua adequação às exigências da economia mundial, de uma produção capitalista, com bases conceituais da descentralização concebidas no âmbito do modelo gerencial, fazendo transferência de responsabilidade dos órgãos centrais para os locais, da União para os Estados e destes para os municípios.

A gestão escolar passa a ter a incumbência de conduzir a elaboração e execução da proposta pedagógica e ainda articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de participação dos professores para que estes sejam também gestores.

Como prevê a LDB 9.394/96, em seu artigo 13, que trata do compromisso que os docentes têm em participarem da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, proporcionando assim uma gestão democrática, pois a participação de todos os segmentos da comunidade escolar torna-se fundamental.

Para a colaboradora A questão 4, a participação acontece quando:

O trabalho pedagógico dos professores é acompanhado pela coordenação pedagógica de cada setor do Colégio, isto é, setor I – Educação Infantil; setor II – Anos Iniciais; setor III – anos finais; setor IV – Ensino Médio. Esse acompanhamento se dá por meio de um cronograma de atendimento do professor junto com a coordenadora pedagógica, avaliando a proposta pedagógica (metodologia e avaliação) como um todo. Além disso, por meio de um cronograma de reuniões de formação continuada, o que possibilita a discussão e reflexão do trabalho da série junto ao grupo de professores avaliando o nível anterior e posterior. Ainda, fazemos avaliação junto aos alunos e pais/familiares no que se refere aos aspectos pedagógicos.

A gestão escolar tem uma natureza mais ampla do que meramente a aplicação dos métodos, técnicas e princípios da administração empresarial, porque a escola precisa ser vista como uma instituição social, que tem fins político-pedagógicos, implicando assim que as instituições de ensino tenham condições de ser o centro nas decisões das políticas

---

<sup>1</sup> Descentralização: a descentralização constitui as bases da política educacional [...] verificamos que o Estado está centralizando a gestão e descentralizando o financiamento da educação, sobretudo através do Fundef e do repasse de dinheiro direto para as escolas (PERONI, 2003).



educacionais. Para que isso aconteça, todos os professores e a comunidade precisam estar envolvidos, atuando nos espaços de decisão.

### **3.3 Gestão democrática**

A gestão democrática na escola oportuniza maior possibilidade de decidir e resolver suas questões cotidianas com mais agilidade, e segundo a LDB 9.394/96 incumbe os docentes de participarem da elaboração e execução da proposta pedagógica da escola, conforme o artigo 14, são os sistemas de ensino que definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica.

Cabe uma reflexão neste item da gestão democrática, sobre a visão que tinha acerca desta temática, que era reduzida, limitada àquela ideia de que gestão é uma equipe diretiva, sendo representada pela figura do diretor, supervisor e coordenador pedagógico.

O curso de gestão educacional nos proporciona compreender a gestão sob outros aspectos, ou seja, que a gestão envolve comprometimento. Com isso, tive a certeza de que gestar é participar e de que um educador é um sujeito que assume um ato político pedagógico, que vai além da sua sala de aula. Assim, como uma mãe que ao gestar um filho se envolve plenamente com a vida que está sendo gerada, seu compromisso é fazer com que a vida seja plena de felicidade e, por isso, exige outras pessoas envolvidas nesta missão. Na perspectiva democrática, o gestar é coletivo e envolve a todos, professores, pais, funcionários e direção.

O exercício de tomada de decisão é importante para a participação, assim como as decisões tomadas sejam viabilizadas pela prática, com a participação de todos os sujeitos, percebendo que gestor não é somente o diretor, como aquela imagem de centralizador do poder, mas um dos responsáveis em articular a participação, com habilidade de perceber, de compreender o grupo e com o poder de diálogo e liderança.

Para Cury (2005, p. 18) a gestão democrática da educação precisa ser transparente e impessoal, autônoma e participativa, estimular lideranças e o trabalho coletivo, e expressar o anseio de crescimento dos indivíduos como cidadãos e do crescimento da sociedade enquanto sociedade democrática.

Na educação, a participação vem agregada a um exercício cotidiano de estar atuando como sujeito. É o que Lück (2008, p. 103) chama de exercício de poder, que está associado à tomada de decisão sobre como agir em relação à realidade escolar, visto que a maioria dos

professores na sua formação não tiveram espaços de debates e práticas que pensassem sobre a participação. Como sabemos a maioria dos cursos de formação de professores não se detém nesta questão da participação para preparar um professor gestor.

Para que os professores tivessem acesso a todas estas informações, os gestores do Colégio Franciscano Sant'Anna tiveram a preocupação de dar suporte teórico e que estes tivessem um sentimento de envolvimento e comprometimento com as mudanças do ensino fundamental de nove anos e com as reformulações que aconteciam neste processo.

Vejamos na fala da colaboradora B questão 2-, o que diz sobre a gestão democrática na escola onde atua:

A implementação aconteceu de maneira democrática e participativa. Em primeiro lugar os professores realizaram grupos de estudos e debates sobre a lei e seus artigos. Foi visto quais as habilidades necessárias que deveriam ser desenvolvidas nos níveis e anos, após reestruturar os conteúdos e objetivos de cada trimestre. Estávamos periodicamente avaliando o desenrolar dos trimestres e reavaliando para o ano seguinte. Hoje ainda permanecemos assim atentas e trocando opiniões e sugestões com os níveis e anos diferentes.

Notamos a participação dos educadores da instituição escolar do Colégio Sant'Anna, que estiveram envolvidos desde o início do processo de implementação da lei do ensino fundamental de nove anos. Participando nos processos pedagógicos, como análise e avaliação dos planos de estudo, nas reuniões de formação que oportunizaram debates e discussões sobre cada nível ou série, inclusive atuando como gestores na construção e execução do projeto pedagógico da escola.

Na concepção de Lück (2008, p. 33) sobre a participação, ela acontece quando:

A participação efetiva na escola pressupõe que os professores, coletivamente organizados, discutam e analisem a problemática pedagógica que vivenciam em interação com a organização escolar e que, a partir dessa análise, determinem caminhos para superar as dificuldades que julgarem mais carentes de atenção e assumam compromisso com a promoção de transformação nas práticas escolares. Assim, os problemas e situações desejados são apontados pelo próprio grupo, e não apenas pelo diretor da escola ou sua equipe técnico-pedagógica, gerando, dessa forma, um sentimento de autoria e de responsabilidade coletivas pelas ações educacionais, condição fundamental para sua efetividade, segundo o espírito democrático e a prática da autonomia.

De acordo com o pensamento da autora, percebemos que é necessária a participação e a democracia tanto para o professor quanto para a gestão escolar, pois quando o professor não se julga sujeito da sua prática torna-se um mero ouvinte ou cumpridor de regras estabelecidos por um grupo responsável pela administração da escola. O diálogo e as oportunidades de debates são limitados, para limitar também o poder, pois participar dentro de uma gestão

democrática implica compartilhar poder, responsabilidades nas tomadas de decisões coletivas para enfrentar os desafios, visando o bem comum da escola.

De acordo com Oliveira (2008, p.21), foi a partir da reforma educacional com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n° 9.394/96) e, mais recentemente, a Lei n° 11.494/07, que estabelece o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério (Fundeb) – que exprime um novo arranjo ao nível da gestão das políticas educacionais em que diferentes competências e responsabilidades são atribuídas aos distintos entes federativos.

Com a Constituição Federal de 1988, é que a gestão democrática da educação passa a ser uma exigência legal, sendo o marco a política educacional brasileira, através de debates nos fóruns organizados pelos movimentos sociais em defesa da educação pública gratuita e de qualidade.

Ainda, para Oliveira (2008) a noção de democracia está vinculada as noções de autonomia e descentralização, que orientam a gestão das políticas educacionais a partir da virada dos anos 1990. A descentralização veio como um mecanismo de distribuição de poder e responsabilidades, uma visão simplista, que busca possibilitar e estimular soluções regionais/locais para problemas nacionais. Os municípios tem poder de decisão, onde as escolas, por exemplo, escolhem numa lista de políticas públicas através do Plano de Desenvolvimento da educação (PDE), quais são os recursos que poderão utilizar, mas dentro de um plano que não atende as reais necessidades da escola, pois a gestão municipal está atrelada ao governo federal.

Segundo a análise de Dourado (2009), o Plano de Desenvolvimento da Educação foi apresentado à sociedade brasileira, em maio de 2007, onde o PDE tem o caráter de um plano executivo do Plano Nacional de Educação. O PDE é composto por um conjunto de 28 ações voltadas para a educação básica, todas com o objetivo de intervir na melhoria da qualidade do ensino e somente oito garantem, direta ou indiretamente, a ampliação do acesso e permanência dos estudantes na educação básica.

Na categoria gestão democrática, segundo Dourado (2009, p.83-4), o PNE estabelece ações que visam: à criação de conselhos municipais de educação, delimitação de normas de gestão democrática; estabelecimento de diretrizes gerais desburocratizantes e flexíveis; implantação de conselhos escolares; incentivo à implantação de organismos estudantis; e garantia de permanência dos técnicos formados e com bom desempenho.

O processo de debates, pesquisa, elaboração dos projetos políticos pedagógicos das escolas, são um forte espaço de se articular a gestão democrática, pois envolve o esforço e participação de todos.

### **3.4 Projeto político pedagógico**

O Projeto Político Pedagógico parte de uma realidade, serve para fazer um diagnóstico e precisa ter questionamentos como: para quem? Com quem? E, principalmente, onde se quer chegar?

Está implícita no projeto da escola, a ação de planejar, buscar um rumo, uma direção de forma intencional, pois é através do projeto pedagógico que se tem condições de traçar as diretrizes por onde a escola pretende avançar, nos seus aspectos políticos, quando diz que respeito ao pensamento, o que se entende por educação, a visão de mundo que se busca e a ação o que se propõe a fazer para alcançar seus objetivos.

No projeto político pedagógico encontramos o papel do gestor ou dos gestores na escola, que precisam ter o caráter de guiar, chamar a comunidade, mediar e não aquele que resolve todos os problemas da escola sozinho, mas sim que oportunize a descentralização do poder, trabalhando em equipe.

O que para Gonçalves e Abdulmassih (2000, p. 2) significa que:

O projeto político-pedagógico é uma busca de autoconhecimento e de conhecimento da realidade e seu contexto. Planejá-lo requer encontrar no coletivo da escola respostas a uma série de questionamentos: Para quê? O quê? Quando? Como? Com o que? Por quê? Com quem? A construção do projeto político pedagógico é a forma objetiva de a escola dar sentido ao seu saber fazer enquanto instituição escolar: é a realização concreta de seus sonhos, onde ações são desconstruídas e reconstruídas de forma dinâmica e histórica; é a revelação de seus compromissos, sua intencionalidade e principalmente de sua identidade e de seus membros. O projeto político-pedagógico permite à escola quebrar a rotina que às vezes se instala, reorganizando o seu saber fazer, alterando suas relações pessoais e de conhecimentos teóricos e práticos, construindo, dessa forma, experiências concretas, reais e palpáveis de educação.

Ao mesmo tempo em que o projeto político pedagógico possibilita uma visão atual da escola, também vai apontando um plano de desenvolvimento, com prospectiva para o futuro, que aponta para os sonhos, através de uma reflexão da ação educativa.

O projeto político pedagógico de uma instituição escolar precisa cumprir com alguns aspectos legais, como delinear quais os recursos financeiros que utiliza e como utiliza. Também, consta neste documento o planejamento para cumprir o calendário de dias letivos, as formas de avaliação que a escola utiliza e de que forma acontece a recuperação das dificuldades de aprendizagem dos seus alunos.

Ainda nos referindo ao mesmo documento, este tem uma estrutura que precisa seguir, tais como: O marco referencial, em que encontramos o marco situacional, que é o contexto escolar, ou a realidade em que a escola está inserida, também encontramos o marco filosófico, com os ideais e valores da escola. Já no marco operativo é o espaço que aparece as questões como a educação que queremos.

Consta, também, no projeto político pedagógico o diagnóstico, com os dados de identificação da escola, a sua estrutura e seu referencial teórico, por onde a escola caminha.

A programação no projeto político pedagógico refere-se ao planejamento com os planos de estudo de todas as séries que a escola atende. Em algumas instituições escolares tem um espaço para as reflexões que podem surgir durante a elaboração do mesmo, os diálogos dos professores ou suas dúvidas, que se encontram nos anexos ou nas observações.

Durante a realização deste trabalho monográfico, também foi analisado e destacado o papel importante do Projeto Político Pedagógico (PPP) do Colégio Sant'Anna, nos seus aspectos pedagógicos e que envolvem a participação da comunidade educativa que faz parte desta instituição.

A organização do PPP desta escola funciona da seguinte maneira: é reelaborado a cada quatro anos e avaliado todos os anos; a cada ano letivo é feita uma avaliação do trabalho pedagógico desenvolvido por cada professor e pela escola como um todo. Assim, novas estratégias são pensadas para ressignificar a proposta pedagógica. O diagnóstico vai sendo construído a partir das ações executadas pelos alunos e professores, que posteriormente é repassada para supervisão escolar e direção.

Quanto à participação dos professores na elaboração do PPP fica claro que todos os professores da escola e um grupo representativo dos alunos participam desse processo. O PPP é aprovado, também, pelo Conselho que envolve representação dos pais. São propostos aos professores debates constantes sobre o pressuposto e reelaboração do PPP, assim como análise e ressignificação dos planos de estudos e mapas conceituais.

Assim, o PPP da escola é reelaborado a cada quatro anos, mas com avaliação anual do trabalho desenvolvido, tendo a possibilidade de reescrever para o próximo ano. Atualmente, o PPP está atendendo o período de 2011 a 2014.

No PPP do Colégio Sant'Anna fica evidente que o perfil do educando e educador interagem com dinamismo na construção de conhecimentos contextualizados e dialógicos, num processo de ação e reflexão, que favorece o desenvolvimento da pessoa humana em sua totalidade. Entendemos a visão de desenvolvimento da pessoa humana em sua totalidade por meio do referencial teórico do projeto político pedagógico do Colégio Sant'Anna, quando afirma que:

Em uma atitude de priorização do ser, que se forma em sua totalidade ao longo da vida, a escola franciscana surge como entidade sistematizadora do processo ensino-aprendizagem e como um espaço de construção do conhecimento. É um lugar de valorização do convívio onde acontecem experiências significativas no campo relacional, permitindo ao educando desenvolver-se em todos os sentidos, e não apenas no aspecto cognitivo/intelectual (2010, p. 15).

Para que a educação atinja o ser na sua totalidade, os professores e alunos devem ser vistos como pessoas ativamente envolvidas e comprometidas com a realidade e engajadas nas atividades da crítica e do questionamento, a serviço do processo de emancipação e libertação.

Para Freire (1997), a construção do conhecimento não é um ato isolado, ao contrário é um ato coletivo, em que educador e educando compartilham saberes, e é através da intercomunicação que os homens mutuamente se educam.

Na resposta da colaboradora B questão 1, quando se refere as mudanças da Lei 11.274/06 e do envolvimento da comunidade educativa na elaboração e reestruturação do PPP, diz que:

A lei alterou muitos aspectos dentro do processo pedagógico, como também, na reorganização do PPP de nossa Instituição. Cada nível, ano e série precisaram ser adaptados atendendo as habilidades a serem formadas, bem como, os objetivos a serem alcançados. Preocupou-se também em atingir gradativamente, a cada ano, as mudanças das turmas, digo, dos anos.

O pressuposto pedagógico que se evidencia no PPP é de uma metodologia centrada no resgate e na promoção da dignidade humana, provocando o educando a ser criativo, ousado e participativo. A curiosidade e o gosto pelo conhecimento são estimulados, explorando suas potencialidades, canalizando suas energias e dando responsabilidades que o desafiem a pensar e a construir seu próprio projeto de vida, interagindo com o meio, sendo sujeito de sua própria formação. Essa atitude metodológica pressupõe o educador mediador do processo de ensino e

aprendizagem, em uma relação dialética entre conhecimentos e habilidades. As convicções estruturam-se e constroem-se como base para novas e sucessivas aprendizagens.

### 3.5 Currículo

A participação dos docentes na educação acontece desde que os envolvidos tenham condições de atuarem nos processos de decisões, dentro de uma política que leve em consideração um projeto curricular, visto como uma construção coletiva, abarcando tanto as decisões de administração quanto as decisões dos professores, alunos, pais e outros envolvidos na comunidade educativa.

Segundo Pacheco (2003, p. 121), o processo de construção curricular acontece quando:

Este processo de construção do currículo, e do projeto político pedagógico tornam o professor um decisor político, exigindo dele uma atitude permanente de parceria, que lhe advém quer da sua profissionalidade, quer dos espaços de autonomia curricular, que não são conquistados, mas politicamente decretados. O currículo é construído, assim, pela partilha de tomadas de decisão em que o professor intervém ativamente em um processo no qual não fica reduzido a um implementador da decisão política, centralizada, burocrática e hierárquica.

Podemos perceber claramente que a ideia de participação dos professores está diretamente ligada a tomada de decisões, que é preciso estar ciente das questões que envolvam as políticas educativas, das questões administrativas da escola, que envolvem todo o coletivo, assim como as questões de cunho pedagógico, das práticas escolares, ou seja, do currículo.

Segundo o dicionário de Educação, Zanten (2011) a aplicação do currículo está na educação formal e educação informal, ou seja, na família e na comunidade a noção de currículo numa visão restrita está ligada somente aos conteúdos de ensino (os conhecimentos, as competências, as aptidões etc). Em uma visão mais ampla, o currículo vai além dos conteúdos, como também de seleção, organização (divisão e subdivisão em diferentes disciplinas) e transmissão (métodos pedagógicos, organização do tempo, do espaço e das relações durante as atividades em sala de aula).

Entre as formas de pensar o currículo, destacam-se a que está centrada na ideia do currículo como didático, e a outra como dimensão social, onde na primeira forma o currículo

tem a perspectiva dos conteúdos, do conhecimento, que tem uma representação do saber construído em uma determinada época da humanidade. Já na segunda maneira, o currículo assume o papel de compreender as mudanças sociais, culturais, políticas que lhe são pelo menos parcialmente exteriores e que pode ser compreendida quer em nível do campo pedagógico, quer em nível de uma formação social no seu conjunto.

Em conformidade com o que o autor Arroyo O currículo pode ser a manifestação do social e constituir-se como meio de transformação do mesmo, em relação ao qual ele dispõe sempre de uma relativa forma de autonomia, temos como exemplo de que o currículo não foi somente considerado como operador cultural da diferenciação entre classes sociais ou frações sociais. Ele foi igualmente analisado como intermediário, mas também como meio de transformação das relações sociais de sexo ou raça.

Para Arroyo (2007, p. 21), as mudanças podem trazer um novo olhar do currículo, tanto para o professor quanto para o aluno quando:

Esta pode ser uma outra porta de entrada para repensar e reinventar os currículos; explorar as novas sensibilidades dos docentes para com os educandos. Como os vemos, como nos obrigam a vê-los, terminará obrigando-nos a repensar o que ensinar, o que aprender e em que lógicas.

Para refletir sobre a operacionalização cultural por meio do currículo é necessário analisar as diferenças que este estabeleceu para as classes sociais, onde as classes menos favorecidas tinham um currículo mais voltado para a educação básica, ou seja, para que os alunos tivessem conhecimentos simples dos conteúdos. Pois seu lugar na sociedade seria o mundo do trabalho e, para este fim, não era importante a reflexão e, sim, as disposições à submissão à autoridade exigida pelo mundo do trabalho operário, assim como uma relação prática com o conhecimento. Já para as classes mais privilegiadas, o currículo desenvolveria mais as capacidades reflexivas, a autonomia, a responsabilidade individual.

Para constituir um caráter de transformação social é fundamental que se conheça como o currículo se tornou uma construção social e qual nosso papel enquanto educadores, em conhecer a sociologia do currículo, em suas diferentes dimensões.

A partir do currículo, os professores tem um grau de autonomia, pois eles são os atores centrais da criação do mesmo. De acordo com Moreira e Candau (2007, p. 19), para que isto ocorra temos que perceber o papel do professor:

O papel do educador no processo curricular é, assim, fundamental. Ele é um dos grandes artífices, queira ou não, da construção dos currículos que se materializam nas escolas e nas salas de aula. Daí a necessidade de constantes discussões e reflexões, na escola, sobre o currículo, tanto o currículo formalmente planejado e



desenvolvido quanto o currículo oculto. Daí nossa obrigação, como profissionais da educação, de participar crítica e criativamente na elaboração de currículos mais atraentes, mais democráticos, mais fecundos.

É preciso pensar uma nova proposta, um novo currículo para o ensino fundamental de nove anos, em que as crianças que ingressam com seis anos de idade, tenham uma forma mais natural possível, e não provoque nelas rupturas e impactos negativos no seu processo de escolarização e também no aspecto da alfabetização e letramento.

A implementação gradativa adotada pelo Colégio Franciscano Sant'Anna, ou seja, em que cada ano está sendo incluído a série ou ano para adaptação do ensino fundamental de nove anos, faz com que o currículo seja constantemente avaliado e reestruturado, é o que podemos perceber com as colocações das colaboradoras a seguir:

Colaboradora A questão 2:

A implementação da lei se deu gradativamente, ano a ano. Assim, o Colégio Franciscano Sant'Anna está ainda desenvolvendo dois currículos escolares. No ano de 2012, estamos trabalhando com as turmas de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental de nove anos. Paralelamente, trabalhando com a 6ª série do Ensino Fundamental a 3ª série do Ensino Médio. Completaremos a proposta do Ensino Fundamental de nove anos no ano de 2016. Essa implementação gradativa possibilita os professores avaliarem cada ano executado, propondo novas alterações ou pequenos ajustes no currículo para o ano seguinte, sempre em vista da qualidade da educação.

Colaboradora D - questão 3, quando se refere a reestruturação curricular para a implementação da lei 11.274/06 relata que:

Essencialmente foi necessário reestruturar o tempo de aprendizagem. De qualquer forma, como instituição, esse se configurou um dos ganhos em relação à nova lei, pois o tempo foi ampliado, o que significa para o aluno um respeito maior ao tempo e ritmo de aprendizagem. Em consequência disso, muitas abordagens pedagógicas e conhecimentos, puderam ser mais aprofundados e explorados, dando um maior sentido e complexidade na construção do saber individual e coletivo, o que desencadeou em maior diversidade de propostas e do próprio currículo, e sem sombra de dúvidas, um ganho para os alunos, que tiveram mais tempo para explorar suas potencialidades.

A lei do ensino fundamental de nove anos não ficou somente na questão de incluir mais um ano de estudo e, sim, de que os gestores tiveram a necessidade de organizar e dinamizar um processo de formação continuada que desse suporte a toda comunidade educativa, para a implementação e continuidade para esta etapa da educação básica.

Todas as séries e níveis da educação básica desta instituição tiveram que se reestruturar, alterando o currículo do Colégio Franciscano Sant'Anna, o projeto político pedagógico, com estudos sistematizados, foi visto quais as habilidades necessárias que deveriam ser desenvolvidas nos níveis e anos, após reestruturar os conteúdos e objetivos de

cada trimestre., a fim de possibilitar a oportunidade de refletir sobre suas práticas e sobre as políticas de formação desses profissionais envolvidos na educação fundamental e, principalmente, das políticas públicas que dizem respeito ao ensino básico da educação brasileira.

## **4 FORMAÇÃO DOS PROFESSORES: DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

Nesse capítulo será abordada a formação de professores. Dentro deste tema, destacaremos a formação inicial e a formação continuada, bem como as interfaces para uma análise do currículo escolar.

Por formação entendemos que existe a formação inicial, ou seja, aquela que nos inicia em um determinado curso ou estudo para começarmos como profissionais no meio de trabalho ao qual almejamos assumir. Mas, ao desenvolvermos a prática de ensino, precisamos ter mais bagagem, fazendo relações com as práticas que envolvem o universo do saber fazer.

Durante a formação inicial muitas questões e dúvidas já surgem, e nem sempre encontramos respostas ou soluções, mas as inquietações são muito importantes para que se perceba o quanto é fundamental a continuidade, ou seja, a formação continuada, aquela que nos coloca em movimento no pensar, no agir, no envolver-se, na reflexão permanente, na atuação com qualidade e responsabilidade.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica (Resolução nº 02/2002), em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, no seu artigo 3º, inciso II, consta que a formação inicial e continuada deve proporcionar aos educadores a fundamentação da ação pedagógica com um programa que vá desde a compreensão dos métodos de aprendizagem, em desenvolvimento as dimensões técnicas, políticas, éticas e estéticas.

Nos cursos de formação inicial, os futuros professores tem a necessidade de conhecerem o cotidiano escolar, porque conhecendo a realidade onde irão atuar, terão a possibilidade de investigar estratégias e planejar ações, que servirão tanto na formação inicial, como fonte de pesquisa quanto na formação continuada.

Esta necessidade em conhecer e ter contato com a realidade escolar é indicada pelo Conselho Nacional de Educação, através da Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002, no artigo I, que determina carga horária dos cursos de formação de professores da educação básica, em nível superior, em curso de licenciatura de graduação plena, será considerada a articulação entre teoria e prática, nos termos dos seus projetos pedagógicos, com carga horária destinada para prática e estágio supervisionado, a partir da segunda metade do curso.

Já no artigo 3º destaca que é necessário ter coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor, com atenção especial neste processo à questão da

avaliação. Sendo que a avaliação do aluno em formação inicial precisa ser um diagnóstico para recuperar as lacunas na aprendizagem e na prática pedagógica do futuro professor, bem como da autonomia destes.

Um fator que se estabelece na formação inicial é o perfil de profissional que se pretende habilitar. No caso da formação de professores, deve-se levar em consideração as reflexões sobre as práticas pedagógicas. Dessa forma, procura-se construir caminhos que vislumbrem as exigências do conhecimento técnico-científico-cultural, para que durante a sua formação inicial e após, ou seja, na formação continuada, o sujeito seja capaz de exercer sua profissão como educador, visando ao exercício da cidadania.

Na trajetória da formação dos professores do ensino fundamental procura tratar, também, do compromisso com a alfabetização, para que o professor compreenda a mesma como sendo um processo na perspectiva de ciclo, oportunizando reflexões sobre o mundo da escrita, sendo fundamental que a criança domine o funcionamento da escrita não em um único tempo, ou seja, somente no primeiro ano do ensino fundamental, mas que abranja os anos iniciais do ensino fundamental.

A formação inicial, para cada sujeito, uma etapa de envolvimento, de conhecimento da realidade a qual deseja seguir como profissional, buscando novas estratégias para suas ações e que seja capaz de oferecer um espaço de reflexão-ação. É dentro desta perspectiva que se apresenta o desafio da formação continuada e implantação do ensino fundamental de nove anos.

Com a formação continuada muitos assuntos e questões relevantes da própria prática pedagógica e do cotidiano escolar, como a importância da participação na elaboração, execução e avaliação do currículo, do regimento escolar e do Projeto Político Pedagógico, podem ser refletidos de forma mais sistematizada. Pois sem estes elementos a escola fica sem rumo, inviabilizando a qualidade da educação e da participação dos gestores, professores e de toda a equipe escolar.

Freitas (2012, p. 394) em seu artigo “Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação”, alerta para uma problemática que precisa ser considerada sobre a formação dos educadores, quando coloca que existe uma visão pragmatista que se instala cada vez mais nas agências formadoras do professor, restringindo sua formação aos aspectos práticos das metodologias, ou seja, são cursos rápidos e incompletos acompanhados por tutores, que muitas vezes são despreparados.

Em conformidade com o pensamento de Freitas, Outro aspecto levantado neste artigo é quanto ao apostilamento das redes de ensino, contribuindo para que os professores fiquem dependentes dos materiais didáticos estruturados, retirando dele a qualificação necessária para fazer a adequação metodológica, segundo requer cada aluno.

Todos estes aspectos apontados por Freitas nos levam a questionar sobre várias dificuldades enfrentadas pelos professores em sua formação, tanto inicial quanto continuada, e a visão que se tem em relação à formação de educadores, que mais tarde pode ser julgada como falta de despreparo dos mesmos. Como é o caso do Exame Nacional de Ingresso na Carreira Docente, que foi instituído em maio de 2010 pelo Ministério da Educação (MEC), que se caracteriza como um aprofundamento do Estado-avaliador e regulador implantado no Brasil a partir do final dos anos 1990, objetivando a ampliação do controle do governo federal nos processos de seleção de professores para as redes públicas estaduais e municipais de ensino (SILVA, 2011, p.160).

Além dos exames existe, também, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), como uma política pública que responsabiliza e pressiona os professores e as escolas a obterem desempenho sempre crescente de seus alunos. Caso os índices não sejam satisfatórios a consequência vem através dos financiamentos, por meio do Plano de Desenvolvimento da educação (PDE) que foi apresentada pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva, em abril de 2007. O PDE fortalece a presença direta da União na regulação da Educação Básica, que é oferecida e administrada pelas instâncias municipais e estaduais, permitindo-lhe exercer, sobre elas, um maior grau de controle e fiscalização.

A formação docente nos desafia a ir muito além das práticas pedagógicas, pois a formação na contemporaneidade precisa fazer questionamentos sobre o trabalho docente e as responsabilidades de educadores gestores, a fim de responder com propostas e ações coerentes comprometidas com a formação humana e, principalmente, do profissional da educação.

O objetivo maior para a formação inicial e continuada é alcançar a educação de qualidade, que segundo as Diretrizes Nacionais para a Educação Básica (Resolução nº02/2002), vai ao encontro, também, da valorização dos educadores, com salários dignos e com uma carreira bem estruturada e de relevância social. Que este educador tenha um tempo com atividades na escola para sua formação ser realmente a de um profissional que possa unir a sua prática com a pesquisa. Estamos diante de novos propósitos e nova abordagem sobre a formação e valorização dos educadores.

Os propósitos educacionais têm muito a ver com a própria formação que os professores recebem ao longo da sua trajetória, pois para que o professor tenha realmente condições de tomar decisões e executar estas mesmas decisões coletivas, tem que, a priori, entender todo este processo. É o que diz Bicudo (2003, p. 10-1), na obra “Formação de professores? Da incerteza à compreensão”:

Formação do professor é um tema antropológicamente relevante, pois aponta para características do modo de ser do ser humano, além de ser importante do ponto de vista epistemológico, ético, econômico, social e histórico. Epistemológico por tratar, necessariamente, de assuntos concernentes ao conhecimento, quer seja do ponto de vista da sua construção, quer seja daquele da sua produção no âmbito do pedagógico, envolvendo tanto o ensino, quanto a aprendizagem. Ético ao ter como fim a educação de outros, o que envolve aspectos da escolha pelo outro e responsabilidade, bem como aspectos relativos à interferência na história da sociedade em que o trabalho educativo é realizado. Social e histórico na medida em que da formação do professor fazem parte constitutiva a estrutura e o funcionamento da sociedade e toda a história que, por meio da tradição, carrega o etos de um povo, seus anseios e valores. Econômico pois, em uma visão mais pragmática, a qualidade da formação do professor reflete na formação do cidadão socialmente ativo no âmbito do mundo político e do trabalho.

Não existe um único caminho de formação de professores e, sim, várias estratégias de formação de professores, tanto da formação inicial como da formação continuada, pois a formação está configurada dentro de um currículo, que pode ser reflexivo ou não, pode ser conduzido por teorias científicas e filosóficas que falam do que, para que, do porque, mas que não abordam o processo, então será uma formação superficial e parcial.

A formação dos professores no Brasil é algo relativamente recente nos debates sobre educação, surge, a partir do final do século 19 e no começo do século 20. Anteriormente tinha uma concepção de formação de professores voltada ao aluno e a relação entre professor e aluno, mas, atualmente, o processo de formação do professor precisa ir muito além destes aspectos que, também, são importantes, mas não são os únicos.

O investimento na formação docente e no tempo destinado ao planejamento do Projeto Político Pedagógico possibilita superar barreiras e conflitos, transformando em metas estratégicas os grandes desafios emergentes da sociedade atual.

Compreender a formação continuada dos professores que atuam no ensino fundamental de nove anos e de como os gestores dinamizaram este processo para sua implementação, foi meu objeto de investigação. Entendo que, a partir da realidade deste ensino fundamental que se configura, duas dimensões se apresentam: oferecer maiores oportunidades de aprendizagens no período de escolarização obrigatória, o que está diretamente relacionado com a formação destes educadores que atuam nesta etapa da

educação básica, e assegurar que, ingressando mais cedo no sistema de ensino, as crianças prossigam nos estudos, alcançando um nível maior de escolaridade.

Diante desta perspectiva, o Colégio Franciscano Sant'Anna oferece aos seus profissionais um programa de formação continuada, com objetivos que priorizam, entre outros aspectos, aprofundar as teorias pedagógicas que embasam o Regimento Escolar e o Projeto Político Pedagógico, proporcionados em momentos de estudo e reflexão nas reuniões de formação, com horário específico para isto.

Por meio destes momentos o grupo de professores tem espaço de socializar ideias e experiências significativas, ressignificar as ações docentes, desafiando a implementação dos estudos realizados, planejar ações inovadoras, manter a avaliação do seu trabalho em busca da realização de melhorias e refletir sobre a prática pedagógica ao estabelecer relações entre a teoria e o fazer pedagógico.

De acordo com a pesquisa de dissertação de mestrado, realizada pela diretora do Colégio Franciscano Sant'Anna, Valderesa Moro, sobre a educação continuada: Um processo Itinerante na construção de si com vistas á transformação da prática docente de professores de educação básica (2007), constatou-se, sob o olhar da autora como é organizada e pensada a formação continuada dentro do Colégio Franciscano Sant'Anna.

A ideia principal é de que a formação continuada precisa levar cada ser humano a um processo de mudança, saindo de um estágio de inércia, passando a refletir sobre seu fazer pedagógico. Dentro da perspectiva dessa pesquisa, encontra-se o motivo maior da formação continuada existir na escola, de que o ser humano é ser de inteireza, num permanente vir a ser. A educação continuada existe desde que existe o ser humano e, conseqüentemente, a mudança é algo presente em suas dimensões constitutivas.

Na forma institucionalizada da escola, a formação continuada se formaliza no aspecto profissional dentro de um programa que leve em consideração o cotidiano da vida, as mudanças e transformações da pessoa e das relações interpessoais, desde a desacomodação do eu e também do profissional, com a necessidade deste caminho da formação permanente. Em consequência, a mudança é pessoal, profissional e social.

Segundo Moro (2007, p. 43) todo este processo de formação continuada no Colégio Franciscano Sant'Anna traz para os professores:

No que se refere ao projeto de educação continuada proposto pela escola, os professores percebem que, antes, sentiam-se bem mais inseguros. Hoje, consideram fundamental a leitura relacionada com a prática. Para eles, a troca de saberes é indispensável e, por isso, é muito importante conversar com outros professores sobre a sua prática e a deles, pois em nosso trabalho há sempre o que melhorar. Daí a

importância de estarem sempre estudando, socializando experiências com os colegas, porque esse processo amplia a visão sobre teoria e prática. Para eles, é essencial que se tenha uma unidade, que nenhum professor trabalhe sozinho, porque o processo de estudo coletivo favorece o individual, a auto-estima, o encantamento pela profissão e a redescoberta das próprias potencialidades.

O processo de formação continuada é um caminho lento e constante que exige dedicação e respeito ao ritmo de cada um e do coletivo, mas que precisa estar presente na vida pessoal e profissional, numa eterna busca de construção.

A sistematização do projeto de formação continuada desta instituição acontece por meio de várias estratégias, desde seminários de estudo, com agrupamentos dos professores para a discussão de temas relevantes a educação e, também, Congressos Nacionais, organizados pela escola, para reunir todas as escolas mantidas pela mesma mantenedora. No projeto de formação continuada, além de leituras individuais e coletivas, que acontecessem em reuniões de formação semanal, mensal, com estudos das práticas educativas e encaminhamentos de propostas a partir do seu Projeto Político Pedagógico.

Para que tudo isto acontecesse na escola foi necessário e urgente aprimorar o processo de investimento na educação continuada dos professores da escola, sendo que a mantenedora priorizou a elaboração de um projeto de formação continuada para os professores, com possibilidade de ser implementado na rede das dez escolas de Educação Básica mantidas pela mesma mantenedora, a Sociedade Caritativa e Literária São Francisco de Assis-Zona Norte (SCALIFRA\_ZN).

No referido projeto, tem-se como objetivo principal o aprofundamento teórico que melhor subsidie a prática pedagógica, a qualificação do processo de ensino e de aprendizagem, a sistematização e implementação das Propostas Pedagógicas das escolas.

A elaboração e reconstrução do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, também, faz parte do projeto de educação continuada dos professores, de forma participativa, envolvendo todos os professores, uma representação de alunos do Ensino Fundamental - Anos Finais e do Ensino Médio, coordenadores, um grupo representativo dos funcionários e direção.

O que podemos observar no depoimento da colaboradora A – questão 3: “Os professores do Colégio Franciscano Sant’Anna já têm um calendário de formação continuada ao longo de cada ano, estimulando-os a refletir sobre sua prática constantemente”.

E na mesma linha de pensamento da colaboradora F - questão 3:

Assegurar, entre outras condições, uma política de formação continuada em serviço, o direito ao tempo para o planejamento da prática pedagógica, assim como as



melhorias em suas carreiras. Não há formação e prática pedagógica definitivas: há um processo de criação constante e infindável, necessariamente refletido e questionado. Promover uma formação continuada tem sido o desafio de todos os sistemas. Uma formação sensível aos aspectos da vida diária do professor especialmente as capacidades, atitudes, valores, princípios e concepções que norteiam a prática pedagógica.

É necessário que o professor entenda que a formação continuada é um direito e uma necessidade, pois a formação é capaz de tornar um sujeito reflexivo, capaz de propor respostas aos desafios do cotidiano escolar, bem como de toda a sociedade.

Os educadores são profissionais que necessitam estar atualizados. Observando no processo de formação continuada o tempo para sua vida também, pois o pessoal e o profissional também precisam ser pensados no processo de formação continuada, tendo um equilíbrio entre ambos.

De acordo com uma pesquisa organizada pelo sindicato dos professores da rede particular, do estado do Rio Grande do Sul (SINPRO), realizada em agosto de 2009, com o título “Condições de trabalho e saúde dos trabalhadores nas instituições de ensino privado no Rio Grande do Sul”, constatou-se analisando as informações sobre escolaridade dos professores, em que existe uma intensificação de pessoas com formação mínima de Especialização e Mestrado, sendo poucos os que declararam ter ensino médio ou graduação, ou especialização, demonstrando uma forte preocupação e uma busca pela qualificação profissional.

Diante desse contexto, de que o professor tenha um compromisso pela participação na gestão escolar e da formação continuada, muitos desafios se apresentam para o exercício da docência, como a sobrecarga de trabalho e atividades na escola.

O que percebemos é que muitos profissionais perdem sua saúde e até tem sérios prejuízos com a vida social.

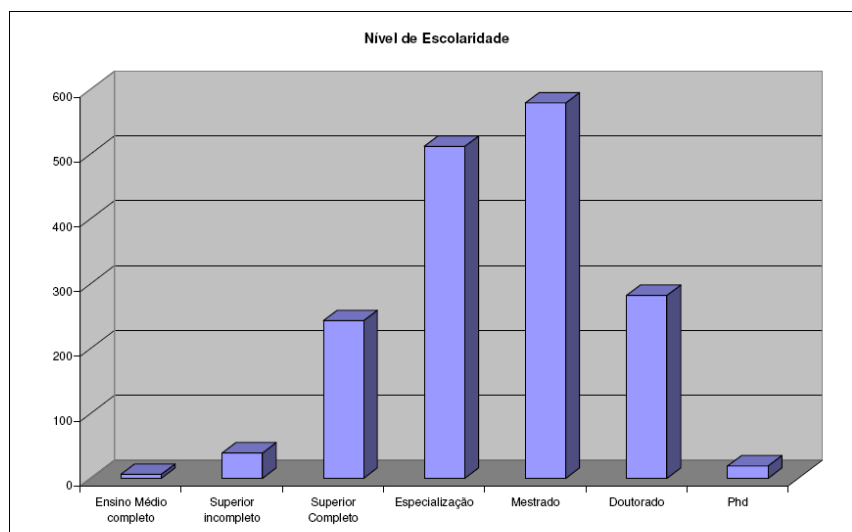


Figura 1 - Condições de Trabalho e Saúde dos Trabalhadores do Ensino Privado no RS - DIESAT 10

Dentro da mesma pesquisa é feita uma análise sobre o tempo de trabalho docente e a formação continuada, pois muitos profissionais têm dois turnos de trabalho na mesma instituição ou em outra e no terceiro turno fazem seus estudos de aprimoramento. A partir dessa realidade de várias jornadas diárias, estes professores tem sua saúde prejudicada por diversos fatores, como: falta de tempo para uma alimentação adequada, excesso de tarefas, não ter tempo livre para descanso e outros fatores, como emocionais e desgaste físico.

A qualificação profissional, através da formação continuada, é fundamental para qualquer professor, mas desde que seja respeitado o limite de tempo e capacidade de cada ser humano, pois nota-se que a situação é agravada pelo fato de 70% dos professores sempre ou frequentemente realizarem tarefas docentes fora de seu horário de trabalho, muitas vezes em prejuízo de seu horário de lazer e descanso.

Não basta para educação que poucas realidades escolares tenham condições de investir na formação continuada dos professores, e sim que isto seja uma realidade nacional, com políticas públicas que favoreçam este aspecto tão importante à educação brasileira e porque não mundial.

Na revista Educação & Sociedade, número especial-1999, aparece uma reflexão acerca da valorização das políticas de formação continuada, em que os programas oficiais de formação para professores da educação básica haveria, pois, de considerar o direito da formação comum indispensável para o exercício profissional e fornecer meios para que o professor pudesse progredir no trabalho e em estudos posteriores.

A formação continuada leva, então, os profissionais a autorreflexão sobre sua prática e sobre o contexto educacional, pois novos desafios se apresentam para os educadores e os remete a exigência de formação na perspectiva de qualificar o próprio trabalho educativo.

Nessa perspectiva, a escola pesquisada denota preocupação com a formação de seres humanos que precisam ser protagonistas na construção de uma sociedade democrática. Dessa forma, a reflexão sobre a democracia na educação, na atualidade, não pode desconsiderar a questão das identidades coletivas e individuais, tendo em vista o papel central da escola na formação da cidadania.

Nesse sentido, acerca da formação humana, foi possível perceber dentro da proposta pedagógica e da visão de ser humano que encontramos no Colégio Franciscano Sant'Anna, conforme Rupolo (1998, p. 84) explica:

O Colégio Franciscano Sant'Anna oferece um espaço de crescimento e promoção da vida, numa ação metodológica dinâmica e significativa, pois as rápidas mudanças, que ocorrem na área do conhecimento, do desenvolvimento científico e tecnológico, do comportamento e das relações interpessoais e sociais, exigem uma renovação constante dos processos metodológicos, um diálogo aberto e solidário na socialização dos erros e acertos e o aprimoramento da prática pedagógica. Esta visão da atualidade exige da escola um constante transpor desafios.

A formação continuada passa a ter uma atenção ao caráter humano e perceber a forma como interagimos com as outras pessoas e com o universo do qual fizemos parte, que tem vínculo direto com nosso ser, interno e profundo, tanto do professor quanto do aluno, em que o ensino e a aprendizagem são fundamentais para que as pessoas sejam sujeitos e não objeto, enriquecendo a capacidade de participação de todos os envolvidos.

O papel da formação continuada aponta para um novo horizonte, não mais aquele fragmentado e isolado, mas uma formação que aponte para uma nova forma de trabalhar o currículo, para uma nova dimensão de relação entre os envolvidos no processo de ensino aprendizagem. Ou seja, com as famílias, os alunos, e também um novo olhar metodológico em sua prática pedagógica.

Um processo que engloba palestras, cursos, encontros que propiciam um aprimoramento da pessoa ao longo da vida, uma aproximação maior entre a pesquisa e extensão das universidades, porque o professor precisa ser um pesquisador também do seu próprio fazer pedagógico. Portanto, todo o investimento que se faça no aperfeiçoamento profissional, serão muitas mudanças e transformações que ocorrerão.

Na política de formação dos professores, ou de qualquer profissional, é necessário que haja um engajamento, sendo este engajamento muito maior do que participar. É um comprometimento, com autonomia e atuação conjunta com o grupo.

A formação dos professores está aos poucos tomando esta dimensão da participação democrática, porque os cursos de formação inicial e continuada, como o caso do curso de gestão educacional, vêm abrindo debates e estudos para que os professores analisem e reflitam \*sobre o que é realmente a participação democrática e da sua relevância para transformar a educação brasileira.

Avaliando a minha prática pedagógica e a formação continuada é que pude perceber o quanto é profunda e emergente na educação brasileira e nas escolas, que nós educadores saibamos o que representa toda esta transição que está em andamento no ensino fundamental de nove anos, pois é função do professor e da gestão envolver-se, promovendo a autonomia, a responsabilidade e a coletividade.

Cabe a escola e todos os envolvidos nela (professores, pais, funcionários, direção) e também ao poder público, participar e apoiar as propostas educacionais que contemplem a organização do espaço e do tempo na escola, os materiais necessários, a valorização dos professores e a parceria com a família de cada criança, resultando, assim, em uma gestão possível e democrática.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que o problema que procurei analisar nessa pesquisa era de como a gestão escolar do Colégio Sant'Anna procedeu para desenvolver o processo de implementação do ensino de nove anos, constatei que a preocupação central dos gestores era com o projeto de formação continuada para que todos os professores tivessem uma visão ampla desta mudança no currículo, no projeto pedagógico e na prática docente destes educadores.

A equipe gestora se colocou junto neste processo de implementação da lei do ensino fundamental de nove anos, para que tanto os professores quanto a comunidade educativa se envolvessem e participassem em todos os momentos.

Durante o processo de construção e elaboração desta monografia muitos aspectos foram levantados, a partir dos relatos das colaboradoras, sendo possível perceber uma certa coerência entre as respostas destas quanto à importância da formação continuada na escola, tanto pessoal, na autoformação enquanto ser humano, pelo modo de ver e olhar o mundo, estar nele como um ser em processo, quanto para a coletividade desta instituição escolar.

A formação continuada pode produzir questionamentos e mudanças através do envolvimento dos participantes, como neste caso da pesquisa realizada no Colégio Franciscano Sant'Anna, onde os professores foram envolvidos em parceria com a gestão, caracterizando o aspecto inovador desta instituição, no processo de implementação da Lei 11.274/06 e também da elaboração e execução dos planos de estudo por meio do currículo.

Em relação aos objetivos desta pesquisa, os principais elementos de constatação referem-se a gestão escolar do Colégio Sant'Anna, que propiciou uma formação inovadora aos seus professores, dando ênfase no currículo, elaborado e avaliado coletivamente, assim como a construção e execução do Projeto Político Pedagógico, sendo o que caracteriza o vigor da implementação gradativa do ensino fundamental dos nove anos.

Embora já fizesse parte do corpo docente quando me coloquei como pesquisadora, ainda que iniciante, analisei nos questionários que muitas colaboradoras apontaram para novos elementos sobre o tema da formação continuada que a escola oferece, como os subsídios de leitura, e o caráter democrático da gestão escolar desta instituição, que se dá pela participação e atuação de toda a comunidade educativa. Ou seja, professores, funcionários, pais e alunos, desde a construção do Projeto Político Pedagógico a efetivação do mesmo.

Outro aspecto relevante é quanto à implementação da Lei 11.274/06, porque a escola teve um tempo de estudo para apropriação desta lei, como do aprofundamento do seu próprio regimento escolar, dos planos de estudo, do Projeto Político Pedagógico, para, a partir daí, adequar-se as alterações, sendo que este período durou cerca de dois anos, entre 2006 e 2007.

Também, neste espaço de tempo, a formação continuada foi intensificada a fim de que os professores fossem integrados na mudança do novo ensino fundamental, pois como foi destacado, ao longo desta pesquisa, o ensino fundamental de nove anos trouxe uma nova abordagem ao ensino-aprendizagem e a educação, por meio do seu currículo.

Concordando com Freire (1997) quando refere que a formação permanente dos professores é o momento fundamental da reflexão crítica sobre a prática, acrescento que junto a esta reflexão da prática vem a reflexão do mundo e do próprio ser.

A pesquisa é capaz de dar voz aos questionamentos que fazemos no cotidiano escolar e, no meu caso, questionava-me o que esta lei iria alterar em nossas práticas pedagógicas, que tipo de aluno iríamos receber, pois uma criança com seis anos de idade, ao entrar no primeiro ano, traz consigo muitas expectativas, não só em aprender a ler e escrever, mas de mergulhar no universo da aprendizagem escolar, de fazer parte do ambiente da escola, algumas já conhecendo esse contexto, mas muitas ingressam na escola pela primeira vez.

A formação continuada foi o primeiro espaço para socializar as dúvidas, as inquietações, e buscar estratégias para nossas práticas educativas e, através da pesquisa, percebi que a gestão para ser democrática precisa ser mais ouvinte, estar atenta as vozes dos professores, dos pais, dos alunos e dos funcionários.

Diante da formação continuada precisamos utilizar estratégias para conhecer as singularidades das escolas, conhecendo o cotidiano escolar, as práticas pedagógicas, as concepções de ensino, de educando e educador, e principalmente a concepção de gestão que envolve esta instituição.

O que me despertou por meio desta pesquisa foram as reflexões que surgem a partir da formação continuada e que nos possibilitam um crescimento das nossas potencialidades humanas. O que fica evidente no projeto de formação continuada da escola objeto desta investigação é a característica humanizadora, construindo um pensamento crítico e desenvolvendo habilidades interpessoais e autorreflexiva. Ampliando a visão da formação continuada que se torne uma rede de relações entre educadores, pais, estudantes e membros da comunidade, de maneira que todos se sintam responsáveis pelo sucesso da escola e da educação.

De acordo com as colocações das professoras Marilene e Débora, que compuseram a banca avaliadora desta monografia, que procurasse rever os objetivos e fazer uma relação com a Lei do Ensino Fundamental, a principal constatação foi que a gestão escolar propiciou uma formação continuada aos seus professores que priorizou o currículo e o PPP e a proposta de implementação gradativa ao currículo do Ensino Fundamental foram os pontos positivos para que a proposta fosse bem conduzida por toda a escola e que os gestores puderam acompanhar e avaliar todo o processo de implementação do Ensino Fundamental dos nove anos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, M. G. **Indagações sobre currículo: educandos e educadores: seus direitos e o currículo.** Organização do documento: Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

BICUDO, M. A. V. (org.). **Formação de Professores? Da Incerteza a Compreensão.** Bauru, SP: EDUSC, 2003.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.** Resolução nº. 04, Brasília, 2010.

BRASIL. **Lei Federal nº. 11.274**, de 6 de fevereiro de 2006. Ensino Fundamental de nove anos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11274.htm)> Acesso em: 05 mai. 2013.

BRASIL. **Lei Federal nº. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)> Acesso em: 10 mai. 2013.

CAUDURO, M. T (org.) **Investigação em Educação Física e esportes: um novo olhar pela pesquisa qualitativa.** Novo Hamburgo: Feevale, 2004.

CIAVATTA, M.; FRIGOTTO, G. O conhecimento histórico e o problema teórico-metodológico das mediações. In: **Teoria e educação no labirinto do capital.** 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

CURY, C. R. J. **O princípio da gestão democrática da educação.** In: Gestão democrática da educação, boletim 19, out. Ministério da Educação. Brasília, 2005.

DOURADO, L. F.(org.). **Políticas e Gestão da Educação no Brasil: novos marcos regulatórios.** São Paulo: Xamã, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 25. ed. RJ: Paz e Terra, 1998.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia.** Saberes necessários à prática educativa. 6. ed. RJ: Paz e Terra, 1997.



FREITAS, L. C. Os reformadores empresariais da educação: Da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Revista Educação e Sociedade**. v. 33, n. 119, p. 379-404, abr.jun. 2012.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. S. **Professores do Brasil: Impasses e desafios**. Brasília, UNESCO, 2009.

GONÇALVES, G. Q.; ABDULMASSIH, M. B. F. **O projeto político**: algumas considerações. Universidade de Uberaba, Programa de Mestrado em Educação: Formação de professores, 2000.

GOODSON. I. F. **Currículo**: teoria e história. 4. ed. Traduzido por Atílio Brunetta. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

HINGEL, M. A. O ensino Fundamental de nove anos - desafios e perspectivas. In: PINHO, S. Z. (org.). **Formação de Educadores - O papel do educador e sua formação**. UNESP, 2009.

JUNIOR, L. S; FRANÇA, M.; FARIAS, M. S. B. (orgs.). **Políticas de Gestão e Práticas Educativas**: a qualidade do ensino. Brasília: Liber Livro, 2011.

LÜCK, H. **A gestão participativa na escola**. 4. ed. Petrópolis, RJ:Vozes, 2008 (série Cadernos de Gestão).

\_\_\_\_\_. **Gestão da Cultura e do Clima Organizacional da Escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARCUSHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**, São Paulo: Parábola, 2008.

MARIA B.L.; ISABEL P.M (org). **Gestão Escolar Democrática**: concepções e vivências. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

MARX; ENGELS. **Obras escolhidas. Em três tomos**. Lisboa, Edições Avante, Moscou, Editorial Progresso,1982.

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. **Indagações sobre currículo:** currículo, conhecimento e cultura; organização do documento: Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

MORO, V. **Educação Continuada:** Um processo itinerante na construção de si com vistas à transformação da prática docente de professores de educação básica. Dissertação de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, PUC/RS, Porto Alegre, 2007.

OLIVEIRA, D. A.(org). **Gestão democrática da educação:** desafios contemporâneos. 8.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_. Das políticas de governo à política de Estado: Reflexões sobre a atual agenda educacional Brasileira. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-37, abr. jun. 2011. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 10 mai. 2013.

\_\_\_\_\_. **Política e Gestão da Educação.** 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

PACHECO, J. A. **Políticas Curriculares:** referenciais para análise. Porto Alegre: Artmed, 2003.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa:** abordagem teórico prática. Campinas, SP: Papirus, 2004.

PERONI, V. Breves considerações sobre a redefinição do papel do Estado. **Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 1990.** São Paulo: Xamã, 2003.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO 2011 a 2014. Colégio Franciscano Sant'Anna. Santa Maria: 2010.

QUEIROZ, M. A.(orgs.). **Pontos e contrapontos da política educacional:** Uma leitura contextualizada de iniciativas governamentais. Brasília: Liber Livro, 2007.

RAPOPORT, A. et al. (orgs.). **A criança de seis anos no ensino fundamental.** Porto Alegre: Mediação, 2009.

REVISTA EDUCAÇÃO & SOCIEDADE, Formação de profissionais da educação: Políticas e Tendências, número especial, 1999 - CEDES.

RIBEIRO, W. C.; ITO, A. M. (orgs.). **Condições de trabalho e saúde dos trabalhadores do ensino privado no Estado do RS-FeteeSul**, SINPRO RS, São Paulo, 2009. Disponível em: <[www.diesat.org.br](http://www.diesat.org.br)> Acesso em: 10 mai. 2013.

RUPOLO, I. **Uma proposta educativa na cosmovisão franciscana para o mundo atual**. Santa Maria/RS: FAFRA, 1998.

SAVIANI, D. A. **Nova Lei de Educação**. 2. ed. Campinas, SP: Autores associados, 1997.

SILVA, A. F. Exame Nacional de ingresso na carreira docente e Estado avaliador. In: SOUZA JUNIOR, L.; FRANÇA, M.; FREITAS, M. S. B. **Políticas de gestão e práticas educativas: a qualidade do ensino**. Brasília: Líber Livro, 2011.

SILVA, T. T. **Documentos de Identidade; Uma Introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

STRECK, D. R.; REDIN, E., ZITKOSKI, J. (orgs.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

TARDIFF, M; LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Traduzido por João Batista Kreuch. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

TRIVIÑOS. A. N. **A Formação do Educador como Pesquisador no Mercosul/Conesul**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: A pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2006.

WELLER, W.; PFAFF, N. (orgs.). **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: Teoria e Prática**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

ZANTEN, A. V. (Coord.). **Dicionário de Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

## **APÊNDICES**

APÊNDICE A - Tabela com as respostas das colaboradoras do questionário

**Questão 1: O que a Lei 11274/06 do Ensino Fundamental dos nove anos alterou no processo pedagógico e no PPP da Instituição Escolar?**

Colaboradora A	Colaboradora B	Colaboradora C	Colaboradora D	Colaboradora E	Colaboradora F
<p>A lei 11 274 assinada em 2006 determinou que o Ensino Fundamental passaria a ter nove anos de duração. Diante dessa realidade, o Colégio Franciscano Sant'Anna organizou um cronograma de reuniões com o grupo de professores de Educação Infantil e Anos Iniciais – Ensino Fundamental para estudar a legislação. Muitos encontros foram oportunizados aos professores para repensar o currículo escolar a partir das determinações da legislação.</p> <p>Até a implantação do novo currículo escolar, o grupo de professores elaborou a nova proposta pedagógica para atender as necessidades das crianças na Educação Infantil e no Ensino Fundamental/9 anos. Esse processo levou cerca de dois anos, até a reestruturação do PPP do Colégio Franciscano Sant'Anna.</p> <p>A proposta foi ressignificada com novos projetos e com mais ludicidade. A cada ano de implantação da nova série, os professores avaliavam o trabalho pedagógico para propor novas alterações para o ano seguinte. Embora o PPP já tivesse sido elaborado.</p>	<p>A lei alterou muitos aspectos dentro do processo pedagógico, como também, na reorganização do PPP de nossa Instituição. Cada nível, ano e série precisaram ser adaptados atendendo as habilidades a serem formadas, bem como, os objetivos a serem alcançados. Preocupou-se também em atingir gradativamente, a cada ano, as mudanças das turmas, digo, dos anos.</p>	<p>Primeiramente realizamos e socializamos o estudo e discussão de vários textos que abordavam o assunto. Nos organizamos por série para avaliar a sequência, e profundidade dos conteúdos. Em seguida, houve a reestruturação do PPP priorizando a adequação da jornada escolar da criança e seu processo de aprendizagem.</p>	<p>Inicialmente, como a implementação de qualquer lei, a instituição necessitou de um período para adaptar-se estrutural e conceitualmente às novas perspectivas apontadas por tal legislação.</p> <p>Foram necessários estudos sistemáticos tanto da legislação quanto dos referenciais que a embasam, a fim de adequar a proposta pedagógica para o momento de transição e futura implementação definitiva.</p>	<p>A lei fez com que intensificasse o diálogo e a interação entre o grupo de educadores da Educação Infantil e do Ensino Fundamental-Anos Iniciais. Quanto ao processo pedagógico, os educadores fizeram vários estudos sobre o tema e após reformularam o currículo, adequando-o de acordo com o que consideraram pertinentes a faixa etária, respeitando a lei de Diretrizes e Bases da Educação e os conteúdos que seriam significativos para o nível/série de uma forma coerente, contínua e gradativa. Também foi organizado no PPP do colégio um quadro de ênfase dos conceitos científicos essenciais, com a profundidade de acordo com a série.</p>	<p>Proporcionou a todas as crianças um tempo maior de convívio escolar, maiores oportunidades para aprender e, com isso, uma aprendizagem com mais qualidade.</p> <p>Uma escola cada vez mais preocupada e comprometida com a cidadania que caminhe para uma real inclusão do ano. Construir políticas indutoras de transformações significativas na estrutura da escola, na reorganização dos espaços e dos tempos, na forma de ensinar, aprender, de avaliar, implicando a disseminação das novas concepções de currículo e aprendizado.</p>

## Questão 2: Como aconteceu a implementação da Lei 11 274/06 na Escola?

Colaboradora A	Colaboradora B	Colaboradora C	Colaboradora D	Colaboradora E	Colaboradora F
<p>A implementação da lei se deu gradativamente, ano a ano. Assim, o Colégio Franciscano Sant'Anna está ainda desenvolvendo dois currículos escolares.</p> <p>No ano de 2012, estamos trabalhando com as turmas de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental de nove anos. Paralelamente, trabalhando com a 6ª série do Ensino Fundamental a 3ª série do Ensino Médio.</p> <p>Completaremos a proposta do Ensino Fundamental de nove anos no ano de 2016.</p> <p>Essa implementação gradativa possibilita os professores avaliarem cada ano executado, propondo novas alterações ou pequenos ajustes no currículo para o ano seguinte, sempre em vista da qualidade da educação.</p>	<p>A implementação de maneira democrática e participativa. Em primeiro lugar os professores realizaram grupos de estudos e debates sobre a lei e seus artigos.</p> <p>Foi visto quais as habilidades necessárias que deveriam ser desenvolvidas nos níveis e anos, após reestruturar os conteúdos e objetivos de cada trimestre.</p> <p>Estávamos periodicamente avaliando o desenrolar dos trimestres e reavaliando para o ano seguinte. Hoje ainda permanecemos assim atentas e trocando opiniões e sugestões com os níveis e anos diferentes.</p>	<p>Após 1 ano da análise documental e apoio das coordenações, iniciamos a implementação gradual da lei em questão. Este sistema funciona desta forma há 4 anos, portanto teremos para o ano que vem o 5º ano. As demais séries continuam no sistema anterior, dando bastante tempo para avaliarmos o que precisa ser alterado.</p>	<p>Após a apropriação da lei pela equipe pedagógica e pelo corpo docente do colégio, foi realizado estudo de projeto de projeção com a revisão dos planos de estudos a fim de, gradativamente, inserir a nova modalidade e extinguir a antiga, ou seja, a cada ano encerra uma série do Ensino Fundamental de 8 anos e abre, em substituição, uma nova série/ano do Ensino Fundamental de nove anos, com nova proposta e plano de estudo correspondente. A previsão é de que no ano de 2016 tenhamos a implementação completa do Ensino Fundamental nessa nova configuração.</p>	<p>Deu-se de forma gradativa. Primeiro houve a reformulação dos conteúdos da Educação Infantil e assim a cada ano a reformulação da série seguinte. Por exemplo, professores do nível B da Educação Infantil em conjunto com o 1º ano dos Anos Iniciais. Após, a reformulação dos 1ºs e 2ºs. Depois, 2ºs e 3ºs. Paralelo a estas reformas, havia os estudos sobre o tema, que são oferecidos pela escola através dos encontros mensais de Formação Continuada. E assim a aplicação das mudanças na prática.</p>	<p>Foi gradativa, evitando-se copilar conteúdos de duas etapas da educação básica e, assim, construir uma proposta pedagógica coerente com as especificidades da segunda infância e que atenda, também, às necessidades de desenvolvimento da adolescência.</p> <p>Também, abrangendo o estudo das diversas expressões e de todas as áreas do conhecimento, igualmente necessárias à formação do estudante do ensino fundamental.</p>

**Questão 3: Quais as mudanças que ocorreram na prática pedagógica dos professores através da inclusão do ensino de nove anos?**

Colaboradora A	Colaboradora B	Colaboradora C	Colaboradora D	Colaboradora E	Colaboradora F
<p>Os professores do Colégio Franciscano Sant'Anna já têm um calendário de formação continuada ao longo de cada ano, estimulando-os a refletir sobre sua prática constantemente.</p> <p>A partir do desafio de implementação do ensino de nove anos, os professores buscaram mais subsídios para atender as necessidades dos alunos e a determinação legal.</p> <p>Novos encontros reuniões foram agendadas para discussão entre os níveis e na própria série.</p>	<p>Além da reestruturação dos conteúdos, objetivos e habilidades, necessitou então o professor oportunizar ainda mais situações de vivência, de manipulação, experimentação, deixando assim a construção de conhecimentos com maior ludicidade e operacionalização com atividades variadas e concretas.</p>	<p>Tivemos que estudar para nos sentirmos seguros e transmitir aos pais o entendimento que a proposta de mudança trazia.</p> <p>A cada mês há um encontro com a participação da Supervisão, Orientação e Coordenação para discussão de possíveis mudanças. Também reelaboramos nossas aulas baseadas em novos livros didáticos.</p>	<p>Essencialmente foi necessário reestruturar o tempo de aprendizagem. De qualquer forma, como instituição, esse se configurou um dos ganhos em relação à nova lei, pois o tempo foi ampliado, o que significa para o aluno um respeito maior ao tempo e ritmo de aprendizagem. Em consequência disso, muitas abordagens pedagógicas e conhecimentos, puderam ser mais aprofundados e explorados, dando um maior sentido e complexidade na construção do saber individual e coletivo, o que desencadeou em maior diversidade de propostas e do próprio currículo, e sem sombra de dúvidas, um ganho para os alunos, que tiveram mais tempo para explorar suas potencialidades.</p>	<p>A equipe pedagógica sempre teve a preocupação de valorizar e explorar as experiências lúdicas vivenciadas pelas crianças, pois entende como relevante o desenvolvimento de uma aprendizagem de forma contextualizada, significativa, interativa e dinâmica.</p> <p>Procuramos aprimorar o trabalho que já vinha sendo feito, mas com uma metodologia mais lúdica e atraente para os alunos.</p>	<p>Os professores estão inseridos em uma escola voltada para a construção de projetos que estimulem as linhas de ação coletiva e reflexão sobre a sua prática pedagógica.</p> <p>A frequência de encontros sistemáticos e coletivos para estudos permite uma articulação indissociada entre teoria e prática, proporcionando a construção de um projeto político pedagógico autônomo.</p>

**Questão 4: Quais as estratégias criadas para acompanhar as alterações que a Lei 11.274/06 está implementando no Ensino Fundamental, sendo que a implantação desta referida lei é gradativa?**





Colaboradora A	Colaboradora B	Colaboradora C	Colaboradora D	Colaboradora E	Colaboradora F
<p>O trabalho pedagógico dos professores é acompanhado pela coordenação pedagógica de cada setor do Colégio, isto é, setor I – Educação Infantil; setor II – Anos Iniciais; setor III – anos finais; setor IV – Ensino Médio. Esse acompanhamento se dá por meio de um cronograma de atendimento do professor junto com a coordenadora pedagógica, avaliando a proposta pedagógica (metodologia e avaliação) como um todo. Além disso, por meio de um cronograma de reuniões de formação continuada, o que possibilita a discussão e reflexão do trabalho da série junto ao grupo de professores avaliando o nível anterior e posterior.</p> <p>Ainda, fazemos avaliação junto aos alunos e pais/familiares no que se refere aos aspectos pedagógicos. Após as questões respondidas.</p>	<p>A escola foi oportunizando estudos aos profissionais e gradativamente (ano) e alterando a proposta de nível e intensividade, como na profundidade dos conteúdos. Enfim, reestruturando os conteúdos a cada trimestre.</p>	<p>Reuniões mensais por séries, acompanhamento do planejamento junto à coordenação, reelaboração da sequência de conteúdos quando necessário.</p>	<p>A pergunta não é totalmente verdadeira. A implantação da lei não foi gradativa para todas as redes de ensino, o que se configurou um dos dificultadores nessa fase de transição. A rede pública municipal e estadual, por exemplo, realizou a transição das séries em um único ano, criando automaticamente o 9º ano no ano de 2008. O que para nós trouxe algumas dificuldades nos momentos de transferência. Foi necessário, como escola, algumas adequações, como: criação de novos documentos: Regimento Escolar, PPP e Planos de Estudo; investimento maior na formação continuada; readequação do sistema de gestão integrada e documentos escolares, etc.</p>	<p>O estudo contínuo e a realização constante do processo de ensino-aprendizagem em cada série para a adequação de conteúdos e metodologias, que a equipe pedagógica achar necessárias.</p>	<p>Aulas mais dinâmicas com a utilização de jogos, danças, contos e brincadeiras espontâneas como instrumentos pedagógicos, respeitando o desenvolvimento cognitivo da criança. Nesse caso, a alfabetização deve ser entendida como um processo que tem hora para principiar, mas não para concluir.</p>



**Questão 5- Dentro do projeto de Formação Continuada dos professores o que está contemplado sobre a Lei 11.274/06?**

Colaboradora A	Colaboradora B	Colaboradora C	Colaboradora D	Colaboradora E	Colaboradora F
A lei sempre está contemplada nos estudos dos professores em todos os anos dentro do cronograma de formação continuada.	A instituição a qual trabalho preza muito pela formação e qualificação de todos os profissionais, nas mais diversas áreas, portanto estamos sempre revendo temas e estudando-os, como: avaliação, estratégias, habilidades, conteúdos, etc.	Embasamento teórico sobre a lei 11.274/06, reorganização do espaço escolar para adequação das crianças e apoio para o planejamento diário através de aquisição de livros didáticos atualizados.	Os princípios que embasam a lei sempre estiveram presentes como parte dos estudos do programa de educação continuada desenvolvido no Colégio. Temas relativos ao processo de ensino e aprendizagem norteiam todas as reflexões realizadas nas inúmeras horas dedicadas a capacitação em serviço promovidas pelo colégio, quer sejam as reuniões semanais de planejamento, quer sejam as reuniões mensais de formação. É claro, porém, que nos primeiros anos de implantação o número de horas foi ampliado a fim de atender a demanda imediata. Atualmente, a cada ano, durante a semana pedagógica realizada em janeiro, são destinadas horas para revisão dos planos de estudos e para socialização entre as educadoras/séries.	Estudos que subsidiaram as mudanças, como: o texto da lei 11.274/06 e de outros temas complementares e ao mesmo tempo alicerces, como: “Ensino Fundamental de nove anos – orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade”; “O brincar como um modo de ser e estar no mundo”; “As crianças de seis anos e as áreas do conhecimento”; “Letramento e Alfabetização: Pensando a prática pedagógica”; “A organização do trabalho pedagógico- Alfabetização e letramento como eixos orientadores. Além de seminários durante o ano sobre: Processos da escola – habilidades e competências; Currículo escolar; Mapas conceituais, Planos de Estudo; Projetos de trabalho, Planejamento Interdisciplinar e Reestruturação do Projeto Político Pedagógico.	Assegurar, entre outras condições, uma política de formação continuada em serviço, o direito ao tempo para o planejamento da prática pedagógica, assim como as melhorias em suas carreiras.  Não há formação e prática pedagógica definitivas: há um processo de criação constante e infindável, necessariamente refletido e questionado.  Promover uma formação continuada tem sido o desafio de todos os sistemas. Uma formação sensível aos aspectos da vida diária do professor especialmente as capacidades, atitudes, valores, princípios e concepções que norteiam a prática pedagógica.

**Legenda:**

-  Projeto Político Pedagógico e LDB.
-  Gestão - gestão democrática
-  Formação continuada.
-  Processo de ensino aprendizagem..